

**COMPROMISSOS
DE GOVERNO**

ACRE

2023/2026

Governador



GLADSON11

COLIGAÇÃO AVANÇAR PARA FAZER MAIS

COMPROMISSOS DE GOVERNO 2023-2026

GOVERNADOR: *GLADSON DE LIMA CAMELI*

VICE-GOVERNADORA: *MAILZA GOMES*



Carta
aos Acreanos
e Acreanas

Nesta carta me dirijo a cada Acreano e a cada Acreana, com todo o respeito que merecem, para mais uma vez, solicitar a vossa confiança e reafirmar o meu compromisso com o desenvolvimento do nosso Estado.

Em 2018, adentrei aos vossos lares com humildade e a promessa de promover a mudança que o Estado do Acre esperava. Entre prosas e cafés, ouvi com atenção o clamor de um povo que ansiava por renovação e que honestamente me concedeu um voto de confiança.

Aprendi sobre a vida e sobre a liderança a partir dos grandes exemplos que caminharam e caminham ao meu lado: meu tio Orleir, referência de político apaixonado pelo povo, meu pai Eládio, modelo de retidão, disciplina e sabedoria, minha mãe Lindomar, exemplo de amor e proteção, minha esposa Ana Paula, referência de solidariedade e longanimidade e ao meu pequeno Guilherme que mesmo em sua tenra idade, me ensina diariamente o valor do amor incondicional, aquele que no seu abraço restaura minhas forças e me inspira a ser sempre uma pessoa melhor. Que compreendeu que por tantas vezes eu não pude colocá-lo para dormir porque centenas de outras crianças precisavam de mim.

Tive muitos professores na vida, mas o maior de todos foi a sabedoria do povo que me elegeu e comigo governou durante estes quase quatro anos. Refinaram as lições de vida e liderança. Sempre defendi o que eu acreditei ser correto com uma teimosia inflexível. Eu devia isso ao povo do Acre. A maturidade me ensinou a controlar os impulsos juvenis. Não significa que você sabe o que e como fazer, mas que você consegue analisar todos os aspectos e então decidir.

Com entusiasmo iniciei 2019, minha missão era conhecer cada órgão da administração e entender o tamanho do desafio que estava por vir. Compreender o cenário em que o Estado do Acre se encontrava naquele momento. Precisava transformar as fraquezas e ameaças em oportunidades e começar a mudança a que me propus fazer. Percebi que para isso precisava planejar os atos da gestão e aperfeiçoar as boas práticas, conquistando e valorizando cada servidor e cada servidora que comigo aceitou caminhar.

O ano de 2020 despontava com a esperança de colocar em prática o planejamento da transformação, o que não esperava era ser surpreendido com o resto do mundo com uma pandemia avassaladora que sangrou tantos corações acreanos. Compartilhei e compartilho da dor dos meus irmãos e irmãs de Estado. Por tantas vezes

a incerteza do amanhã, colocava em dúvida a efetividade das nossas decisões. Mas eu precisava continuar sendo forte todos os dias. Como líder, era o que esperavam de mim.

Aprendi com um grande escritor que "coragem não é a ausência do medo, é aprender a superá-lo". Precisava ser ponderado, sabia que se perdesse o controle, perderia a situação. Aprendi que a prudência e o autocontrole eram essenciais para determinar o sucesso das nossas decisões. **Tive disposição para ouvir a ciência e respeitar os profissionais da saúde que bravamente junto a todos os demais gestores foram guerreiros nessa batalha.** Juntos, lutamos pelo direito de todo cidadão acreano e toda cidadã acreana, buscando recursos, batendo em todas as portas, defendendo nossa gente, até a chegada da tão sonhada vacina.

E assim **fui aprendendo a cada dia e a cada novo desafio que com unicidade de propósito era possível fazer uma gestão transparente, integrada e participativa.** Os obstáculos haviam se multiplicado, além de salvar vidas, precisava apoiar e fortalecer as atividades econômicas com medidas que não comprometessem a capacidade de gerir o Estado. E nem sempre isso foi fácil.

Aprendi que dizer a verdade, pode custar um preço alto, mas que era preciso para não manter falsas esperanças e macular a confiança daqueles que em mim depositaram sua fé. Declaro que a maior realização de um governador é poder cumprir com todo o seu planejamento de governo, sem nenhuma mudança de planos, mas reconheço que apenas o Criador sabe o dia de amanhã e a nós cabe a renovação diária da fé e a busca contínua pela melhoria de nossos atos.

Embora testado em tantas ocasiões, **continuo acreditando na bondade das pessoas que sonham com um Acre melhor.** Onde a segurança seja fortalecida, onde os serviços públicos de saúde e educação sejam alcançados por todos, onde a desigualdade social seja reduzida por meio da geração de emprego e renda, onde nossa gente seja reconhecida pelo protagonismo de seus feitos.

Aprendi que se quisesse colher algo mais valioso precisava assumir uma visão de longo alcance, uma visão de futuro.

Aprendi ainda que amor faz toda a diferença e eu posso afirmar com toda minha essência, eu amo ser governador do Estado do Acre, então permitam-me continuar esta história com vocês.



Gláudson de Lima Cameli



Apresentação

Os desafios relacionados à construção de um Estado moderno e eficiente começam com o planejamento estruturado das ações necessárias para o seu desenvolvimento. **Apoiada pelo preceito da mudança e competência, a primeira gestão “Gladson Cameli” apostou no resgate da confiança do povo acreano para propor um modelo de desenvolvimento baseado na geração de riqueza, melhoria da qualidade de vida, combate à pobreza e respeito ao meio ambiente de forma equilibrada.**

A proposta refletia uma imediata tomada de posição nas áreas essenciais do governo. Dentre as propostas inicialmente apresentadas, algumas sofreram algum tipo de incremento, aumentando não apenas o quantitativo de ações a serem realizadas, mas sendo necessário o estabelecimento de novos projetos e ações com vistas a acelerar o desenvolvimento do Estado e a melhoria dos serviços oferecidos.

A primeira gestão Gladson Cameli trouxe importantes transformações. Para fazer face a estas mudanças serão apresentadas as ações de relevância realizadas no período nas principais áreas do governo.

A Educação na gestão Gladson Cameli obteve melhora em todos os níveis da educação básica, a partir do indicador que afere a qualidade da educação no Brasil (IDEB). O Acre manteve-se em primeiro lugar na região Norte, considerando o ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), nas séries iniciais do ensino fundamental do 1º ao 5º ano. Importante destacar que em relação à avaliação de 2017 o Acre subiu 1,6% nas séries iniciais no ano de 2019. Ainda nesta modalidade, **o Índice mos-**

trou, por exemplo, que de um ranking de zero a 7, o estado obteve índice de 6,2, ficando à frente de todos os demais estados da Amazônia Legal.

O quadriênio 2019-2022 foi marcado por muitos avanços na educação acreana, elevando a qualidade dos serviços educacionais administrativos e pedagógicos. Além da implementação do Novo Ensino Médio na Rede Estadual de Ensino, foram implantadas também 6 (seis) escolas cívico-militares, sendo 01 no município de Cruzeiro do Sul, 01 em Epitaciolândia, 01 em Rio Branco, 02 em Senador Guiomard e 01 em Tarauacá. Dentre os benefícios oferecidos à rede estadual, destaca-se o reforço na alimentação escolar com o fornecimento da segunda refeição (Prato Mais) aos alunos da educação básica. Sem precedentes na Educação do Estado, foram adquiridos 10 caminhões frigoríficos para a distribuição da merenda escolar, garantido a integridade da alimentação. Também foi disponibilizado fardamento escolar a 100% dos alunos da rede estadual.

Na infraestrutura escolar foram investidos R\$ 104 milhões em construção, reforma, ampliação e manutenção de unidades escolares. Adquiridos 195 novos ônibus escolares para atender com segurança, conforto e acessibilidade os alunos da rede estadual e fornecidos 41 mil tablets de 8" para atendimento aos alunos do Ensino Médio.

Como valorização profissional, foram destinados recursos em benefícios e melhorias aos profissionais da Rede Estadual de Ensino. No final do ano de 2021, mais de 14 mil profissionais da educação foram contemplados com um abono salarial, que variou, dependendo da categoria profissional, de R\$ 10 mil a R\$ 14 mil, tota-

lizando 171 milhões de reais. Para o pagamento foram utilizados recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Por meio do Programa Educação Conectada, aprovado pela Lei n.º 3.778 de 1º de setembro de 2021 foram adquiridos notebooks e contratados planos de internet para auxiliar o desenvolvimento das atividades dos professores, gestores escolares, secretários e coordenadores de ensino e administrativos, atendendo aproximadamente 8.000 profissionais.

Ciente da necessidade de recomposição escolar em razão das limitações e desafios impostos pela pandemia, **o governo promoveu o maior curso de Pré Enem do Acre, atendendo 30 mil alunos em todo estado.** Todas as ações e investimentos compõem as medidas adotadas pela gestão Gladson Cameli com vistas à melhoria dos indicadores e a qualidade dos serviços na Educação. A gestão reconhece a responsabilidade do Estado na garantia de uma educação sólida, quer seja acadêmica ou técnico-profissional, respeitando as necessidades do estudante.

Na Saúde a gestão Gladson Cameli enfrentou como principal obstáculo a Pandemia pelo SARS-CoV-2 (COVID-19) ocasionando a descontinuidade da maioria das ações e serviços ambulatoriais/cirurgias eletivas e acarretando um acúmulo de procedimentos diversos.

No Acre registramos um total de 124.972 casos de COVID-19, tendo recuperação total de 122.929 pessoas com uma porcentagem de 1,6% de óbitos, que comprova a efetividade da saúde pública no processo da pandemia. **No tocante a disponibilidade de Oxigênio, o estado do Acre foi a única unidade federativa a não apresen-**

tar esgotamento dos seus estoques, devido a instalação de usinas condensadoras e balas de O² advindas de doações do Ministério da Saúde, Entidades Públicas e Filantrópicas.

Uma das principais armas para o combate ao COVID-19, que é a vacina, chegou ao nosso estado em 19/01/2021, e através da campanha #MIMDÊQUEEUTOMO em parceria com os municípios foram aplicadas 1.404.065 doses.

Além do fortalecimento das regionais de saúde e a reestruturação da rede assistencial em todos os municípios do Estado, **foram construídos 02 hospitais de campanha somando 240 leitos, entre UTIs e enfermarias que permanecerão a disposição da população acreana para atendimento a outras necessidades, inclusive cirurgias eletivas.**

Com a ampliação dos atendimentos de Saúde Itinerante e inserção do itinerante especializado com ênfase em Transtorno do Espectro Autista, estão sendo alcançados tanto na área de atendimento básico, quanto especializado, todos os municípios, incluindo comunidades isoladas, de difícil acesso e locais com insuficiência de oferta assistencial. Com investimentos na ordem de 10 milhões provenientes de recurso próprio do estado, estão previstos 16.000 atendimentos anuais. Além da ampliação do serviço de Oftalmologia nos 22 municípios do estado.

A Segurança teve destaque na execução de ações que contribuíram para a redução dos índices de criminalidade e fortalecimento da estrutura da segurança pública em todo o estado. Foram realizados investimentos em novos armamentos, viaturas, modernas tecnologias,

equipamentos de segurança para equipar nossas polícias e corpo de bombeiros, bem como tornando-os efetivos no combate à criminalidade. Também foram recuperadas e construídas novas instalações, a fim de garantir melhores condições de trabalho aos operadores do sistema integrado de justiça e segurança pública.

No que se refere à Assistência Social foram realizados investimentos relevantes nos municípios, por meio do cofinanciamento. Para apoiar as organizações da sociedade civil que atuam na rede socioassistencial, foram formalizadas parcerias com investimentos para aparelhamento (equipamentos, veículos) e custeio das ações desenvolvidas. **Há que se destacar ainda, o Programa Auxílio do Bem, executado nos 22 municípios e que destinou renda às famílias em situação de vulnerabilidade decorrente dos efeitos da Pandemia de COVID-19.**

No âmbito das políticas de direitos humanos foram implementadas ações de proteção e promoção da dignidade da pessoa humana. A Secretaria responsável apoiou na estruturação e capacitações dos órgãos de igualdade racial nos 22 municípios. **Fortaleceu e ampliou os investimentos na política para Criança e Adolescente com a implantação do Orçamento da Criança e do Adolescente - OCAD com recursos específicos.**

A agenda institucional de políticas para mulheres foi prioridade no governo. Foram reativados os OPM – Organismos de políticas para mulheres nos municípios. Além da revitalização dos Centros Especializados de Atendimento às Mulheres – CEAM em Brasília, Sena Madureira e Cruzeiro do Sul.

Na área da Produção, foram adquiridos, recuperados ou reformados, quase uma centena de máquinas e equipamentos que, em campo, produziram como resultado imediato a recuperação de aproximadamente 3.000 hectares beneficiando mais de 1.500 famílias, o que significa igual impacto na redução de conversão de área de floresta. É dizer, quanto mais áreas degradadas, em desuso ou baixo nível de utilização forem reincorporadas ao processo produtivo, maior a produtividade e menor a pressão sobre a floresta.

A obtenção de status internacionalmente reconhecido como área livre de aftosa sem vacinação, a implantação de uma usina de nitrogênio, a reforma geral da Sede onde estão instalados os principais órgãos do setor, a reestruturação do Instituto de Defesa Agroflorestal - IDAF, apontam para a configuração de uma situação em que o agro acreano assume o relevo e o protagonismo durante muito tempo negados por políticas equivocadas.

As principais cadeias produtivas identificadas serão, sem abandono das demais, alvo prioritário das ações de fomento e assistência pelo Estado, visando projetar cada uma em vista de suas potencialidades, otimizando os recursos empregados e vislumbrando a constituição de mercados agropecuários diversos e eficientes, gerando oportunidades de emprego e renda e, conseqüentemente, a diminuição da pobreza.

Desta forma, precisa retomar o plano de explorar o potencial de suas cadeias produtivas florestais e agropecuárias para o crescimento econômico, a redução da pobreza e a sustentabilidade ambiental e social do povo acreano.

A Área da Indústria e Geração de Emprego e Renda teve um olhar especial por parte da gestão. Apesar de todas as dificuldades e restrições a economia do estado teve que passar em função do período de pandemia, podemos destacar relevantes avanços dentre os quais se destacam a melhoria do ambiente de negócios, com os avanços na infraestrutura estratégica, como a Ponte sobre o Rio Madeira, início da obra do anel viário de Brasiléia e a manutenção da trafegabilidade da BR-317.

Os serviços do Estado, voltados para o licenciamento deram respostas positivas e estimularam a retomada dos projetos de manejo florestal, resgatando nossa indústria florestal, da mesma forma induziu o crescimento da agricultura, introduzindo uma crescente produção de milho e soja no estado. Não se pode esquecer o crescimento dos negócios das agroindústrias, que vêm alavancando e viabilizando a produção agropecuária e agroflorestal.

Da mesma forma, foi possível observar a crescente dos números do comércio exterior pelo Acre, apontando que este tema certamente irá impactar a economia acreana.

Certamente, com todas essas bases e avanços no ambiente de negócios, criou um clima otimista para a retomada dos investimentos e a confiança do setor produtivo, impactando nos recentes números de geração de empregos no ano de 2022. Este ambiente positivo pode também ser retratado através do crescente número de novos investidores locais e externos interessados no Acre.

Paralelo a este contexto, algumas pro-

postas e ações conseguiram superar as suas fases burocráticas, impactando de forma positiva na economia, como os avanços no setor do turismo, a ampliação das ações e investimentos na construção civil, o programa de compras governamentais e o programa de incentivos para a indústria oportunizarão um significativo incremento na economia no ano de 2022.

Na área da economia solidaria e criativa o Governo do Estado fomentou a criação de 373 novos pequenos empreendimentos, os quais são monitorados e acompanhados periodicamente, formou 1.609 pessoas na área de Gestão de Empreendimentos Econômicos Solidários e entregou 5 (cinco) planos de desenvolvimento turístico de áreas estratégicas para o turismo acreano, além de ter dado início ao Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo Indígena Acreano.

Os 373 novos empreendimentos devidamente acompanhados resultaram em mudanças reais na renda das famílias beneficiadas, impactando diretamente na qualidade de vida dessas pessoas e demonstrando que o empreendedorismo é uma saída viável para a geração de renda no estado do Acre.

Em tecnologia, merece destaque a mudança dos processos administrativos do meio físico para o meio digital, esta ação permitiu ao Governo Cameli manter todas as atividades e, conseqüentemente, o atendimento à população de modo ininterrupto durante todo o período mais crítico da pandemia de COVID. Ainda na vertente de migração do físico para o digital houve o aumento no volume de serviços oferecidos a população, em formato digital, esforço

esse **reconhecido pelo Índice ABEP-TIC, que indicou o Acre como segundo estado com maior incremento de serviços digitais no ano de 2019.** Para chegar a este momento foi necessário um forte investimento para sanar a defasagem tecnológica que o Estado se encontrava, muitos dos equipamentos ainda em uso haviam sido adquiridos há mais de 10 anos. Hoje o parque conta com equipamentos de última geração, bem com softwares e metodologia de trabalho modernos, garantindo eficiência e segurança aos serviços prestados à população.

Em Infraestrutura o Governo Gladson Cameli, priorizou os investimentos nas áreas de maior vulnerabilidade aplicando recursos na ordem de mais de R\$ 103 milhões, com a ampliação do programa de pavimentação e manutenção de vias urbanas e calçadas; a execução de obras estruturantes com a construção de pontes, passarelas, viadutos e urbanizações; a construção, ampliação e reforma de prédios, espaços públicos de lazer e entretenimento; e a restauração e ampliação do sistema de saneamento integrado, com rede de abastecimento de água e esgoto, nos grandes bairros da capital Rio Branco, como: João Eduardo, Placas, Glória, Ouricuri, Cidade do Povo, Sobral e vários outros. Além da retomada de obras paralisadas nos Municípios do Baixo Acre, Alto Acre, Purus, Tarauacá, Envira e no Juruá, gerando maior acessibilidade e trafegabilidade entre os municípios do Estado do Acre objetivando a resolução de gargalos para atração de novos investimentos no setor da construção civil.

Durante a gestão (2019 – 2022) o governo, lançou e executou o maior "Programa de Pavimentação de Vias Urbanas", em parceria com os Municípios, gerando autonomia aos gestores

municipais e possibilitando a aplicação de recursos na região **a fim de fomentar a geração de emprego e renda local, com mais de 15 Municípios atendidos e mais de 150 km de serviços de pavimentação, e a recuperação de 25 km da Rodovia AC 40,** possibilitando melhoria no transporte, escoamento da produção e a trafegabilidade da população.

Demonstrando seu compromisso com o uso eficiente dos recursos públicos, foram retomadas as obras de infraestrutura, logística e saneamento, paralisadas e atrasadas desde 2013, dos programas CPAC, PAC, Pró-Moradia, PMVMV, BNDES, FUNASA, entre outros, **que possibilitaram o resgate de R\$ 295 milhões de investimentos,** por meio dos convênios, contratos de repasse, termos de compromisso e contratos de financiamento, com o apoio do Governo Federal, Ministérios e Caixa Econômica, pelos quais a maioria dos investimentos estão voltados para áreas de urbanização e saneamento integrado nos Municípios do Estado do Acre,

Dentre as principais obras de infraestrutura urbana dos programas apresentados, destacamos a urbanização da bacia dos igarapés e fundos de vale no bairro Nova Estação, a urbanização dos Bairros Habitasa e Cadeia Velha, o saneamento integrado nos Bairros Glória, João Eduardo, Pista, Placas e Ouricuri, a implantação do sistema de abastecimento de água nos municípios de Jordão, Porto Acre, Tarauacá e Xapuri e a conclusão da implantação da rede de esgoto no Município de Rio Branco, nos Bairros São Francisco e Conquista.

Uma parceria entre a Secretaria de Estado de Saúde e a Secretaria de Estado de In-

fraestrutura, possibilitou a transição de mais de 40 convênios da saúde que priorizam a construção, reforma e ampliação de unidades de saúde e hospitais, com o objetivo de melhorar o serviço público de saúde, após a superação do período de pandemia. Os investimentos ultrapassam a ordem de R\$ 158 milhões, e dentre as principais obras para os próximos anos, destaca-se a Construção de uma nova Maternidade, no segundo distrito de Rio Branco, no valor de R\$ 45 milhões, a Reforma e Ampliação do Hospital João Cândio Fernandes, no Município de Sena Madureira, com investimentos de R\$ 5 milhões, possibilitando ampliação na infraestrutura dos serviços de saúde com mais qualidade para população do Estado.

Para além das ações apontadas, o governo Gladson se destacou pela execução de obras estruturantes como a construção do Anel Viário de Brasileira/Epitaciolândia, a ponte da Sibéria em Xapuri e a 2ª ponte sobre o rio Iaco no município de Sena Madureira. Realizou ainda pavimentações em áreas estratégicas como a AC 380 (variante), a duplicação da AC 405 e a execução de infraestrutura em 480 km de ramais em todo o estado, além da recuperação dos portos do caeté e do rio acre, dos aeródromos e do pavimento do parque industrial em Rio Branco.

Na área de desenvolvimento urbano e regional foram priorizadas ações de impacto regional, como elaboração de projetos de edificações públicas e unidades de saúde, mas principalmente ações de infraestrutura que impactam o desenvolvimento de todo o estado do Acre.

No total foram concluídos 128 projetos sendo 9 na área de educação, 15 de infraestrut

tura, 35 de prédios públicos, 48 da saúde, 10 da segurança, 9 de urbanização e 2 de habitação. Girando em torno de R\$ 260.000.000,00 (duzentos milhões de reais) de orçamento para execução de obras. Dentre estes destacam-se: Reforma na Maternidade Bárbara Heliodora em Rio Branco, Reforma e Ampliação do Hospital Infantil Iolanda Costa e Silva em Rio Branco, Construção da Nova Sede do IMAC em Rio Branco, Reforma e Ampliação do CAP - Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento a Pessoas com Deficiência Visual em Rio Branco, Construção da Escola Cívico Militar Sena Madureira Sena Madureira/Ac, Contenção e Construção da Orla do Bairro XV em Rio Branco, Construção da ponte do bairro XV e Contenção da Orla de Rio Branco - Calçada Raimundo Escócio, Implantação de Passarela, Calçada e Iluminação da Av. Cel. Mâncio Lima em Cruzeiro do Sul, Ampliação da Penitenciária Manoel Néri em Cruzeiro do Sul e Reforma do Comando Geral da PM em Rio Branco/AC.

A Área Ambiental foi destaque no que diz respeito ao aperfeiçoamento das práticas de manejo madeireiro e não madeireiro, o processo de concessão florestal, dentre outras atividades que garantiram o fortalecimento dos negócios sustentáveis, especialmente nas florestas públicas, garantindo a melhoria das condições de vida da população rural e indígena, ao mesmo tempo que foi possível contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa, com a redução do desmatamento e queimadas ilegais.

A partir da realização de ações com vistas à garantia da transparência, eficiência e justiça ao servidor público, a Gestão Pública no Governo Cameli vem evoluindo quanto à profissionalização e modernização dos serviços públicos oferecidos.

Inicialmente **ressalta-se, o esforço da equipe econômica para a manutenção do pagamento de todos os salários conforme calendário, além da quitação da dívida auferida no início da gestão.** Para tanto foi seguido um plano de controle das contas públicas que garantiu o pagamento dos vencimentos retroativos e a atualização dos direitos adquiridos promoção/titulação/progressão da carreira do servidor.

Destaque para a convocação dos cadastros de reserva de concursos realizados na área de segurança pública, saúde e educação. Foram ao todo 2.036 novos servidores para a Polícia Militar, Polícia Civil, IDAF e Educação, realizando o sonho daqueles que aguardavam uma oportunidade de emprego.

Outros concursos foram realizados, como o do Instituto Socioeducativo (ISE) e Corpo de Bombeiros (CBMAC), além dos processos seletivos para servidores temporários da educação, saúde, DETRAN e IAPEN.

A profissionalização da gestão do patrimônio é outra marca da gestão, todos os processos referentes aos bens móveis e imóveis foram amplamente discutidos e concretizados nas Leis Estaduais 3.884 e 3.885 de 17 de dezembro de 2021 as quais regram toda a gestão dos bens públicos móveis e imóveis.

A gestão na oferta dos serviços públicos prestados diretamente ao cidadão também passou por melhorias, ampliando o acesso e desburocratizando os processos, tudo isso concentrado nas OCAs do Governo do Estado. Pela primeira vez em sua história, a OCA atingiu o memorável índice de 100% de satisfação do

usuário, traduzindo em números a excelência do atendimento público, obtido por meio da dedicação dos seus gestores com aperfeiçoamento contínuo da equipe.

Além das melhorias expostas, a oferta dos serviços foi ampliada. A unidade OCA Cruzeiro do Sul foi implantada no final de 2020, e agora contamos também com a OCA Brasileira. No planejamento ainda estão previstas, ao menos, mais duas unidades para ampliar o acesso da população.

Conforme exposto, visando dar sustentação ao equilíbrio econômico e financeiro, **o Governo do Estado do Acre, priorizou o pagamento de dívidas internas do governo passado, pagamento de exonerações, retroativos, progressões e promoções dos servidores públicos, além de manter o pagamento de fornecedores e empresas terceirizadas em dia.**

Para o governo do estado é fundamental consolidar resultados primários positivos para ampliar sua capacidade de investimentos para fazer frente aos baixos índices sociais e a crescente demanda pelos serviços públicos advinda do crescimento da população e maior urbanização além dos altos custos individuais de serviços da baixa densidade demográfica. Para tanto é necessário expandir suas receitas próprias, reduzindo a substancial dependência de transferências correntes, assim como melhorar a qualidade do gasto. Um bom diagnóstico dos processos tributários e da qualidade do gasto pode contribuir para melhoria geral da gestão fiscal e, conseqüentemente, para alcançar os objetivos de melhoria da situação fiscal do estado.

Ao longo dos anos de 2019 a 2022, apesar de atípicos para todos os setores da sociedade, inclusive para as finanças públicas do estado, diante do cenário desafiador da pandemia, foram anos de superação devido à manutenção da gestão fiscal equilibrada do Estado.

O estado destacou-se por ser a primeira unidade da federação a disponibilizar o pagamento dos tributos via PIX, facilitando o cumprimento das obrigações principais pelos contribuintes. **Realizou o maior programa de recuperação fiscal para as empresas, ao lançar o Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) 2021, sendo recuperados mais de R\$ 230 milhões aos cofres públicos.** O estado tem aumentado sua receita própria, melhorado e modernizado a legislação tributária neste período.

Foram realizados ainda, investimentos na infraestrutura fazendária, como a inauguração de uma agência da Secretaria da Fazenda em Acrelândia, outra em Assis Brasil, reformas das agências de Cruzeiro do Sul, Sena Madureira, Xapuri, Tarauacá, Feijó, Brasileia, Senador Guiomard e Plácido de Castro e as reformas dos postos fiscais do Pica-pau e Tucandeira. Houve, ainda, a troca da frota de veículos da Secretaria da Fazenda com o objetivo de incrementar a fiscalização e arrecadação do estado, proporcionando melhores condições de trabalho aos servidores públicos e contribuintes. Além disso, a modernização da infraestrutura tecnológica

tem contribuído de forma expressiva na melhoria dos serviços à população.

Sobre Transparência e Integridade, a gestão Gladson Cameli, se destacou pela realização de auditorias e fiscalizações realizadas pela Controladoria Geral do Estado em diversas áreas da Gestão, termos de cooperação técnica com órgãos de controle externo (entre os quais: TCU; MPAC, TCE/AC, CGU), a criação da **Delegacia de Combate à Corrupção e aos Crimes contra a Ordem Tributária e Financeira (DECOR)** e a sanção da Lei nº 3.747/2021 que instituiu o Programa de Integridade e Compliance dos Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Acre.

Empenhado em manter uma gestão pública transparente e participativa, o Governo Gladson Cameli renova o compromisso com a redução da insegurança e da desigualdade social, a melhoria contínua dos serviços públicos de saúde, o aperfeiçoamento da educação, a redução do déficit habitacional, com investimentos na malha viária para escoamento da produção, investimentos em arranjos produtivos, e qualificação profissional com vistas a fomentar novos negócios e promover a geração de trabalho, emprego e renda.

O presente Plano de Governo sustenta este compromisso e compreende 11 (onze) áreas fundamentais a serem priorizadas na segunda gestão Gladson Cameli (2023-2026).

11 RAZÕES PARA VOCÊ VOTAR 11

Diretrizes

Nosso plano de governo foi organizado em onze eixos estratégicos com a intenção de repactuar a relação entre o governo e a população do Acre e dar continuidade ao projeto de transformação do Estado em uma potência economicamente competitiva. A proposta visa a redução das desigualdades sociais, ampliação das oportunidades de emprego e renda, manutenção da gestão democrática, transparente e participativa, melhoria da qualidade dos serviços de saúde e educação, conclusão e expansão das obras de infraestrutura, reforço da sensação de segurança, fortalecimento da ciência e tecnologia e o respeito ao meio ambiente.

Neste sentido, apresentamos as diretrizes orientadoras do Plano de Governo para a segunda gestão Gladson Cameli (2023-2026):

Diretrizes

- **Proporcionar uma educação inclusiva**, que além das competências básicas, promova a formação do cidadão enquanto agente de transformação social, valorize as potencialidades regionais e as áreas estratégicas de desenvolvimento na formação do indivíduo e favoreça a integração entre a educação básica e profissional;
- **Garantir o acesso da população acreana aos serviços de saúde de qualidade**, obedecendo aos princípios do SUS preconizados na Lei federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
- **Atuar junto aos entes municipais, estaduais e federais e a sociedade civil para colocar em exercício ações de enfrentamento ao crime e à violência**, por meio de ações preventivas e de participação comunitária, bem como de repressão qualificada, visando à proteção social e a melhoria da qualidade de vida da população do Estado do Acre.
- **Fortalecer as políticas públicas que visem a superação da desigualdade social e que reformule o modelo socioassistencial** para a execução de ações que estimulem a autonomia econômica de famílias em situação de vulnerabilidade;
- **Valorizar o lazer, o esporte e a cultura como princípios para o desenvolvimento humano**, contribuindo com a formação do cidadão, o respeito à diversidade e identidade cultural, a integração social e a solidariedade entre as pessoas do Estado;
- **Construir uma política sólida de desenvolvimento econômico**, considerando as potencialidades de cada região do estado com o objetivo de ampliar a geração de trabalho, emprego e renda com vistas à redução das desigualdades entre as pessoas;
- **Incentivar e incrementar a inclusão sociodigital**, por meio da democratização do acesso aos recursos tecnológicos e a expansão dos serviços públicos oferecidos à população;

- **Planejar as obras de infraestrutura de forma racional**, com a elaboração de projetos que avaliem a relação custo-benefício, o interesse público, estabeleça prioridades, elimine sobreposições e assegure o crescimento econômico, social e sustentável do Estado;
- **Garantir a gestão de recursos naturais**, por meio do desenvolvimento de políticas públicas ambientais visando o crescimento econômico e sustentável;
- **Manter uma gestão integrada e participativa**, que conduza as políticas públicas de forma transparente com base no respeito e valorização do servidor público, dotada de recursos humanos e tecnológicos suficientes para o desenvolvimento econômico e social;
- **Assegurar a correta aplicação dos recursos públicos** e manter o compromisso com o combate à corrupção e prevenção à fraudes na Administração Pública Estadual.

Eixos Estratégicos

1. Educação;
2. Saúde;
3. Segurança;
4. Desenvolvimento Humano e Social;
5. Lazer, Esporte e Cultura;
6. Recuperação Econômica com Geração de Emprego e Renda;
7. Ciência, Tecnologia e Inovação;
8. Infraestrutura, Logística e Saneamento;
9. Meio Ambiente e Sustentabilidade;
10. Gestão Integrada e Participativa;
11. Transparência e Integridade.

Valores

Transparência. Ética e integridade. Inovação. Respeito ao próximo. Valorização de todos. Unicidade de propósito. Responsabilidade socioambiental.



1. Educação

A Rede Estadual de Ensino do Acre é composta por 610 escolas, sendo 179 urbanas e 431 rurais. Vale destacar que 148 das escolas rurais são indígenas. O Censo Escolar de 2021 registrou 144.474 matrículas divididas em 105.829 urbanas e 38.645 rurais. Foram registradas nos anos iniciais do ensino fundamental, 34.290 matrículas, 55.360 nos anos finais do ensino fundamental, 38.609 no ensino médio e profissionalizante e 16.215 matrículas na Educação de Jovens e Adultos.

O Censo Escolar 2021 demonstrou que ainda que 70% das escolas estaduais pertençam à área rural do estado, essas absorvem pouco mais de 26% das matrículas de toda rede. Contexto que representa o desafio do estado com o desenvolvimento de ações e projetos que alcancem toda população estudantil.

No que se refere ao **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica** (Ideb), conforme demonstrado, o Estado percebeu uma evolução sensível nos anos iniciais do ensino fundamental, todavia permanece o desafio de elevar a média dos indicadores em todos os segmentos da educação básica atendidos pelo estado. Destaca-se a obtenção do êxito mesmo diante do cenário pandêmico, que gerou, em todo o mundo, grandes impactos na educação, ocasionando uma transição em massa do ensino presencial para aulas remotas. Garantindo a continuidade das aulas e atividades pedagógicas não presenciais e possibilitando o acesso integrado do ensino em todas as regionais do estado, até mesmo as mais isoladas, foi lançado o **"Programa Escola em Casa"** com a utilização de ferramentas em EAD - material impresso, livro didático, videoaulas e audioaulas, transmitidas via TV, rádio e disponibi-

lizadas em Plataforma Educacional, tanto para a zona urbana, quanto para a zona rural. Aos alunos que não tinham acesso à internet, os professores disponibilizaram atividades impressas, entregues na escola com horário agendado, seguindo os Protocolos Sanitários da OMS.

No fortalecimento do processo de ensino-aprendizagem e desenvolvimento do aluno e dos professores, foram implementados projetos direcionados à consolidação e percepção das potencialidades, habilidades e competências no ensino e aprendizagem dos alunos, em relação à Educação Básica, ao Atendimento Educacional Especializado, à Modalidade Educação Escolar Indígena, à Modalidade Educação do Campo, à Modalidade Educação de Jovens e Adultos e Programas. Ainda para o fortalecimento do ensino foram contratados **900 professores efetivos e 7.000 professores temporários**.

Diante do panorama apresentado e mesmo com a realização expressiva de investimentos e os avanços alcançados na área da educação, o Governo do Estado reconhece a necessidade de continuar evoluindo na ampliação e melhoria do acesso e permanência dos alunos nas escolas, na qualificação da gestão escolar, na valorização dos profissionais, na melhoria da infraestrutura física dos espaços escolares, na expansão das ferramentas tecnológicas de forma a assegurar uma educação de qualidade e inclusiva.

Ações propostas:

- ▶ Ampliar os investimentos em projetos voltados à atração e permanência dos alunos na escola, eliminação da distorção idade série e promoção da educação de jovens e adultos;

- ▶ Implantar um programa de alfabetização com fornecimento de auxílio para transporte e alimentação;
- ▶ Ampliar as ações e investimentos para a redução do analfabetismo;
- ▶ Implantar um programa de recomposição de aprendizagem;
- ▶ Criar dois centros de referência para Educação de Jovens e Adultos nos municípios de maior demanda;
- ▶ Fortalecer o trabalho junto às instituições especializadas na área de Educação Especial;
- ▶ Estabelecer políticas públicas de educação inclusiva;
- ▶ Fortalecer os programas de apoio, como o fornecimento de alimentação escolar de qualidade, distribuição de material escolar e fornecimento do fardamento escolar;
- ▶ Modernizar os espaços e equipamentos para armazenamento dos alimentos destinados à alimentação escolar;
- ▶ Implantar um sistema de gestão da nutrição escolar integrado à matrícula escolar para aprimoramento do prato extra com base no perfil dos alunos;
- ▶ Desenvolver um projeto de reaproveitamento dos alimentos com vistas à redução dos custos e proteção ao meio ambiente;
- ▶ Modernizar e ampliar a frota atual do transporte escolar e apoio administrativo;
- ▶ Implantar um sistema de gestão da frota e das rotas para otimização e melhoria do transporte escolar, distribuição da merenda e mobiliário;
- ▶ Disponibilizar local adequado para manutenção e guarda da frota escolar;
- ▶ Realizar a regularização e credenciamento das unidades escolares para ampliar o recebimento de recursos financeiros federais;
- ▶ Elaborar um planejamento e estabelecer um

- cronograma de manutenção e pequenas reformas dos espaços escolares com ferramentas adequadas e número suficiente de profissionais para agilizar o trabalho e evitar a degradação das instalações físicas;
- ▶ Adaptar as instalações físicas e mobiliárias dos espaços escolares, para atender as demandas dos alunos e oferta de vagas;
- ▶ Ampliar os investimentos em ferramentas tecnológicas, com formação contínua dos profissionais de forma a contribuir para elevar o nível do ensino na Rede Pública Estadual;
- ▶ Manter os programas de educação continuada para docentes e não docentes;
- ▶ Elaborar o diagnóstico da rede estadual de ensino;
- ▶ Modernizar a infraestrutura física e tecnológica das escolas com a instalação de sinal de internet satelital em 100% das escolas públicas rurais de difícil acesso e as escolas urbanas dos 4 municípios de difícil acesso;
- ▶ Investir na instalação de sinal de internet terrestre em 100% das escolas públicas urbanas dos 18 municípios;
- ▶ Adaptar a infraestrutura física e tecnológica das escolas para enfrentar o desafio do Ensino Médio Integral e Vocacionado;
- ▶ Ampliar o número de escolas em formato de ensino integral para os alunos do Ensino Médio;
- ▶ Reconhecer a educação profissional e tecnológica no planejamento de políticas de inclusão social e na contribuição para o desenvolvimento do Estado, observando as realidades regionais;
- ▶ Implementar programas de educação profissional e tecnológica que atendam os segmentos diferenciados como os movimentos sociais, minorias, juventude, idosos, entre outros;
- ▶ Ofertar capacitação em educação financeira e

- empreendedorismo aos alunos da rede pública estadual;
- ▶ Ampliar o número de escolas em formato de ensino integral para alunos do ensino fundamental nos anos finais (6º ao 9º ano);
- ▶ Ampliar o número de escolas cívico-militares no Estado de acordo com a prioridade dos municípios;
- ▶ Perseguir a elevação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb);
- ▶ Ampliar e consolidar o programa Pré-enem;
- ▶ Manter e aprimorar o ensino bilíngue nas escolas da Rede Estadual de Ensino;
- ▶ Ampliar a oferta de cursos e vagas via EAD (Educação à Distância);
- ▶ Adquirir plataforma de ensino convencional e digital para as escolas de Ensino Médio;
- ▶ Implantar o currículo do ensino médio em conformidade às novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, considerando a articulação com ensino técnico e profissionalizante;
- ▶ Incentivar a participação e o envolvimento da família e da comunidade com a escola;
- ▶ Aprimorar as Iniciativas Pedagógicas de Valori-

- zação dos Povos Indígenas;
- ▶ Investir na estrutura e logística necessária para a execução do programa de formação de professores indígenas;
- ▶ Implantar aulas de canto e instrumento nas escolas da rede estadual de ensino;
- ▶ Manter e ampliar a cobertura do Projeto Escola Segura com a intensificação da presença da ronda escolar nos horários de entradas e saídas das escolas, destacando maior efetivo para garantir a segurança dos alunos, profissionais e patrimônio nos espaços escolares;
- ▶ Revisar e monitorar a execução das ações previstas no Plano Estadual de Educação;
- ▶ Realizar parceria com universidades para oferta de cursos de pós-graduação e/ou especialização nas áreas afetas à educação;
- ▶ Implantar um Centro de Apoio à Saúde dos profissionais de educação;
- ▶ Valorizar os profissionais da educação por meio de programas eficazes de qualificação profissional continuada e fortalecimento do Prêmio de Valorização e Desempenho Profissional (VDP).



2. Saúde

O planejamento em saúde é fundamental para garantir uma vida social digna. Desde 2019 o Governo do Estado do Acre tem ampliado a capacidade de prestação de serviços assistenciais de saúde, bem como, tem atuado de forma integrada com os municípios, elevando os investimentos em infraestrutura das unidades de saúde, construindo novas unidades e reformando e modernizando as unidades já existentes. Entre os anos de 2019 e 2021 houve um aumento de 40,43% dos recursos destinados à saúde. Tudo isso com o cuidado de promover um atendimento mais humanizado e qualificado.

Em 2020, surpreendido pela pandemia oriunda do novo coronavírus SARS-CoV-2, mundialmente conhecida como COVID-19, o Governo do Estado tendo como prioridade salvar vidas, estabeleceu uma série de medidas para enfrentar a desconhecida doença. Inicialmente, instituiu o Programa Estadual de Enfrentamento ao Novo Coronavírus - COVID-19, objetivando o fortalecimento da atenção à saúde, a promoção de ações e serviços de prevenção, orientação, tratamento. Agindo de forma transparente, criou o **Portal de Informações sobre o Combate à COVID-19**, que reúne todas as informações sobre notificações da doença, situação do sistema de saúde, planos de contingência, leis e regulamentos, assim como as contratações e aquisições destinadas à prevenção e combate à pandemia. Destaca-se ainda a atuação integrada com os Poderes Executivos Estadual e Municipais, Legislativo, Judiciário, Defensoria Pública, Ministério Público e sociedade civil organizada.

Outra ação de destaque na Gestão Gladson Cameli se refere ao **combate à Malária**. Investimentos na ampliação da frota de veículos, insta-

lação de mosquiteiros, contratação de agentes de endemias, campanhas educativas, amplo acesso ao diagnóstico e garantia de tratamento da doença em tempo oportuno, além da oferta ostensiva de apoio técnico irrestrito aos municípios tem trazido resultados significativos para o controle da Malária principalmente na região do Juruá. Considerando o ano de 2021 em relação à 2020 o estado reduziu em mais de 27% os casos de malária. Conforme o Boletim Epidemiológico do Departamento de Vigilância em Saúde do Acre (DVS) da Secretaria de Estado de Saúde do Acre (SESACRE), foram registrados 11.619 casos da doença em 2020. Em 2021, no mesmo período foram registrados 8.445 casos. Uma queda de mais de 3.174 casos. Em 2022, o Governo do Estado do Acre, por meio da Secretaria de Estado de Saúde deu um importante passo que corrobora com o empenho da gestão com as ações de controle da Malária, confirmando junto ao Ministério da Saúde no Plano de Eliminação da Malária, onde todos os estados da Amazônia Legal pactuaram diversas ações e medidas para a eliminação da doença no Brasil até o ano de 2035.

No que tange aos índices de maior relevância na Saúde do Estado do Acre, merece atenção especial o indicador relacionado à mortalidade infantil. Apesar do esforço do governo em proporcionar um serviço de saúde de melhor qualidade, o indicador ainda se destaca como o grande desafio do Estado do Acre. A taxa de mortalidade infantil declinou de 31,3 por mil nascidos vivos em 2000 para 13,9 em 2011, voltando a crescer em 2020 quando o Estado apresentou taxa de 16,5 mortes para cada mil nascidos vivos, superior à média do Brasil de 11,5.

O Acre apresenta a terceira maior taxa de mortalidade infantil do país, segundo o Sistema

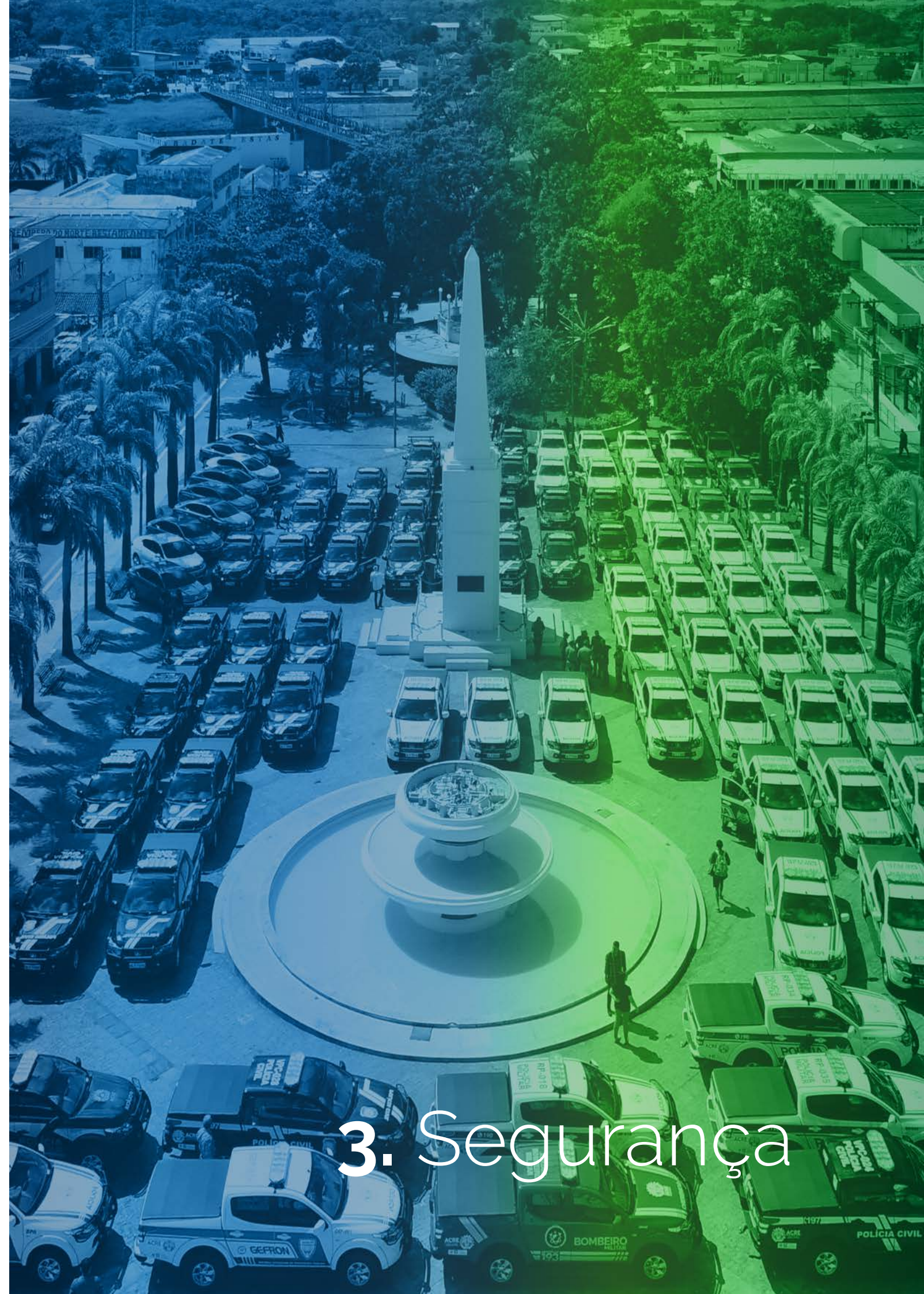
de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, referente ao ano de 2020. Dessa forma, sendo a Criança e Adolescente a prioridade máxima do governo, assumimos como principal desafio da área de saúde a redução da mortalidade infantil no Estado do Acre.

Ações Propostas:

- ▶ Ampliar a oferta de serviços de assistência à saúde a todos os municípios do Estado, em parceria com as prefeituras, por meio do projeto Saúde Itinerante Especializado;
- ▶ Ampliar a oferta de atendimento especializado através da Telemedicina;
- ▶ Melhorar a assistência ambulatorial e hospitalar de Média e Alta Complexidade;
- ▶ Reduzir os índices de mortalidade materno-infantil através da ampliação do programa PlanificaSUS;
- ▶ Monitorar e avaliar as ações de vigilância epidemiológica, sanitária e ambiental em todo o Estado, assim como promover a regulamentação e auditoria das ações e da prestação de serviços de vigilância em saúde;
- ▶ Fortalecer a Assistência Farmacêutica Estadual e apoiar a organização de consórcios intermunicipais de saúde;
- ▶ Melhorar a Assistência Laboratorial e Exames de Diagnóstico;
- ▶ Criar mecanismos de avaliação do tempo e da

qualidade do atendimento médico;

- ▶ Ampliar as campanhas educativas e divulgar as ações desenvolvidas pelo Estado sobre o planejamento familiar;
- ▶ Realizar campanhas educativas para os homens despertando a consciência sobre o cuidado da saúde;
- ▶ Implementar programas e ações voltados à saúde da mulher de forma preventiva e contínua;
- ▶ Desenvolver campanhas e ampliar a oferta de serviços que promovam a saúde mental;
- ▶ Fortalecer o serviço de acolhimento e humanização oferecido nas unidades hospitalares;
- ▶ Ofertar atendimento de saúde diferenciado aos povos indígenas em conformidade aos sistemas tradicionais;
- ▶ Fortalecer os sistemas de controle e gestão de saúde do estado;
- ▶ Melhorar os indicadores de qualidade no atendimento público;
- ▶ Fortalecer a rede de atenção à saúde;
- ▶ Apoiar os investimentos no Hospital do Câncer;
- ▶ Implantar Hospital de Medicina Tropical na Regional do Juruá;
- ▶ Promover capacitação contínua para uso e manutenção dos equipamentos médico-laboratorial;
- ▶ Valorizar os profissionais da saúde por meio de programas eficazes de qualificação profissional continuada e melhoria das infraestruturas físicas de trabalho.



3. Segurança

Considerando a extensão territorial do Estado do Acre de 164.173,431 km² das quais 144,5 mil km² são considerados faixa de fronteira, formando uma fronteira triplíce entre Brasil-Bolívia e Peru. Com uma população de aproximadamente 906.876 habitantes distribuídos nos 22 (vinte e dois) municípios, este é o cenário imposto à área de Segurança do Estado do Acre.

O governo do Estado compreende que a **redução dos índices de criminalidade** e a melhoria da sensação de segurança da população está intimamente associado aos investimentos em educação, no incentivo à geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida da população em situação de vulnerabilidade social.

Todavia, o fortalecimento das políticas públicas de segurança, a realização de investimentos, o aumento do efetivo policial e a atuação integrada das forças de segurança contribuíram claramente com a melhoria dos indicadores da área. Os três anos de atuação da gestão Gladson Cameli resultaram na maior queda de homicídios entre todos os estados brasileiros. Foram 38% de redução em 2021 se comparado ao ano de 2020, retirando o Acre da incômoda 26ª posição do ranking nacional de violência no ano de 2018 para a 9ª posição em 2021, segundo o Monitor da Violência, constituído em parceria entre o Grupo G1, o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Essa significativa melhoria dos indicadores posicionou o Acre como "Estado mais Seguro da Amazônia" e representa a demonstração do compromisso com a segurança da população acreana.

Além da contratação de mais de **900**

profissionais para atuar na segurança pública, o governo do Estado investiu em viaturas, equipamentos, armamentos e tecnologias. Ampliou a atuação nas áreas de fronteira com a criação do **Grupo Especial de Fronteira** (Gefron), composto por policiais militares, civis e bombeiros militares. Por meio de procedimentos operacionais padrão, promoveu o reordenamento dos sistemas carcerário e socioeducativo com a implementação de medidas disciplinares de controle e a retomada de ações ressocializadoras, impactando na redução da reincidência.

Merece destaque ainda a criação do **Programa Acre pela Vida**, que promove ações de formação continuada e profissional, bem como atividades esportivas na região de maior concentração de mortes violentas no estado, a Cidade do Povo, em Rio Branco. Em atenção à população de rua e à prevenção e combate à violência doméstica, foram adotadas diversas estratégias como a interiorização da Patrulha Maria da Penha e a agregação de medidas eletrônicas de propensos agressores, e a difusão da Campanha Sinal Vermelho, que objetiva a mobilização e sensibilização da sociedade em relação a violência contra a mulher, mas a ênfase se dá para a integração entre as áreas de justiça, assistência social, saúde e segurança para ampliação da efetividade das ações.

Em adição aos investimentos em armamentos, equipamentos, estrutura física, frota veicular e efetivo policial, o programa de capacitação continuada do Sistema de Segurança Pública (SISP) trouxe resultados significativos acerca da atuação dos profissionais. Em 2021, a redução expressiva de 59% do número de mortes decorrentes de intervenções policiais em comparação

ao ano de 2020, evidencia a efetividade do programa. Somados a estes, estão o aumento dos indicadores de apreensões de armas e entorpecentes.

Frise-se ainda o elevado investimento em modernas tecnologias das quais se destacam a implementação do primeiro **Centro Integrado de Comando e Controle**, a ampliação da Rede Rádio Digital, a interiorização do Cerco Eletrônico, que se converteu em ferramenta essencial para o combate aos roubos de veículos e a recente disponibilização de tecnologias embarcadas para todos os operadores dos sistema integrado, propiciando acesso on line a todos os bancos de dados afetos a área da segurança, lavratura local de boletins de ocorrências e integração de informações entre todos os operadores do sistema. Continuar avançando na área de segurança do Estado requer a manutenção dos investimentos em equipamentos e ferramentas tecnológicas na área da informação e comunicação e total interatividade entre as forças de segurança estaduais e federais.

Ações Propostas:

- ▶ Investir em reformas e ampliações de unidades prisionais e socioeducativas automatizadas, com condições mais humanas e valorizar a implantação de ações de ressocialização, bem como implantar o Núcleo Integrado de Atendimento no Âmbito do Instituto Socioeducativo e as ações do Escritório Social no Sistema Prisional;
- ▶ Investir e ampliar as ações desenvolvidas pelo grupamento especial de fronteira no combate à criminalidade;
- ▶ Fortalecer as ações do Projeto Acre pela vida para prevenção e enfrentamento às formas de violências e criminalidade, por meio da interio-

rização de suas ações, bem como os demais projetos de prevenção como Sons de Liberdade do ISE, o Programa Radioativo em parceria com o Poder Judiciário e o Sistema "S", o PROERD da PM, o Bombeiro Mirim, o Policial Mirim, o Polícia Civil na Escola e novos projetos de prevenção primária e secundária destinado ao público infanto juvenil;

- ▶ Fortalecer a aproximação e a integração dos agentes de segurança com a comunidade, através da implementação da nova Polícia Comunitária Urbana e Rural e a implementação das Coordenadorias Regionais de Justiça e Segurança e dos Conselhos Municipais de Segurança;
- ▶ Manter e ampliar a construção de Centros Integrados de Segurança Pública e Cidadania nos municípios do Acre;
- ▶ Manter os investimentos em tecnologias de informações e monitoramento para auxiliar o planejamento das operações integradas, em especial na ampliação do Cerco Eletrônico e de sistema de videomonitoramento com agregação de tecnologia de reconhecimento facial;
- ▶ Planejar e desenvolver atividades de caráter educativo, pautadas em um projeto pedagógico que oriente a ação e a gestão do atendimento socioeducativo;
- ▶ Oferecer capacitação contínua aos profissionais de segurança pública que atendem violência contra a mulher, com enfoque em direitos humanos e relações de gênero, raça/etnia, orientação sexual e deficiência e relações de classe;
- ▶ Implementar a Câmara Temática de monitoramento de homicídios e feminicídios;
- ▶ Ampliar e padronizar a frota veicular adequada as especificidades das Forças de Segurança, a fim de subsidiar as operações e possibilitar o patrulhamento permanente;
- ▶ Reforçar o diálogo, com integração e colabo-

ração entre as forças de segurança pública: Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Ambiental, Corpo de Bombeiros, Instituto Socioeducativo e Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), por meio do Conselho Integrado de Gestão Operacional.

- ▶ Implantar uma base aérea na região do Juruá reduzindo o tempo de resposta na referida região, bem como na regional Envira/Tarauacá, para ampliação das operações de radiopatrulhamento aéreo, salvamentos, resgates, combates a incêndio, transportes aeromédicos, transportes de dignitários, dentre outros, considerando o alcance das áreas de difícil acesso, com menor tempo de resposta;
- ▶ Valorizar os profissionais que atuam na área de

segurança com qualificação contínua, ambiente físico seguro e estruturado, equipamentos modernos e adequados, principalmente voltados para proteção individual, implementação de programa de melhoria da saúde e qualidade de vida dos profissionais do sistema.

- ▶ Ampliar as ações de promoção ao trânsito mais seguro, implantando centros de educação de trânsito para crianças, aumentando o número de vagas no programa CNH social, instalando novas CIRETRANS em municípios do interior, implantando a telemetria nas aulas teóricas, práticas e exames para todas as categorias e robustecendo o investimento da sinalização semafórica vertical e horizontal em todos os municípios;

4. Desenvolvimento Humano e Social

As políticas públicas de desenvolvimento humano e inclusão social no Estado do Acre foram estabelecidas de forma a atuarem em várias frentes. Dentre estas, podem ser citadas: **1)** a promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres; **2)** o enfrentamento de situações de pobreza e vulnerabilidade social; assistência e proteção social às crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades tradicionais e minorias; e **3)** a inclusão social de famílias em vulnerabilidade social e econômica.

Quanto à taxa de pobreza, por exemplo, apesar da redução de 49% para 40,1% entre 2016 e 2020, o Estado do Acre ainda mantém uma média acima da brasileira. Além dos benefícios ofertados pelo Governo Federal, cabe ao Estado o fortalecimento de políticas públicas de desenvolvimento humano que visem a proteção social, sobretudo, às famílias e indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade.

A Pandemia de COVID-19 exigiu **medidas emergenciais de apoio** às Secretarias Municipais de Assistência Social e a população de impactada diretamente. Foram distribuídos mais de 15.000 cestas básicas, 850 colchões, 1.217 kits de higiene, 7.500 máscaras e 410 kits de limpeza aos municípios e rede socioassistencial para atendimento às necessidades básicas da população mais carente. Salienta-se o apoio direto às populações indígenas com a distribuição de 2.000 cestas básicas "diferenciadas", atendendo cerca de 12.000 indígenas. Transferiu ainda, por meio do projeto **Auxílio do Bem**, aproximadamente 2,5 milhões de reais para quase 2.500 famílias e diversas organizações da sociedade civil.

De forma pioneira, foi viabilizado o **cofinanciamento**, na ordem de dois milhões de reais, aos 22 municípios do Acre com a finalidade de "Fortalecer os Serviços Socioassistenciais, a oferta dos Benefícios Eventuais e a Gestão do SUAS".

Outra situação que merece atenção é o fluxo migratório: o Estado do Acre se tornou passagem de imigrantes que adentram ou deixam o país. Uma vez que esta situação se relaciona diretamente com condições socioeconômicas nacionais e internacionais, o Governo do Estado tem atuado com políticas assistenciais básicas de proteção social. Na complexidade da imigração o Estado do Acre atendeu aproximadamente 600 imigrantes e disponibilizou dois abrigos, um para imigrantes indígenas e outro para imigrantes não indígenas.

Ações Propostas:

Violência contra mulher

- ▶ Promover campanhas educativas de prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher;
- ▶ Patrocinar ações que proponham melhorar o atendimento e proteção às mulheres vítimas de violência;
- ▶ Divulgar as políticas públicas de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra a mulher e as ações de apoio e acolhimento ofertadas pelo Estado;
- ▶ Fortalecer o programa Patrulha Maria da Penha, por meio da realização de campanhas conjuntas com a Polícia Militar e parceiros;
- ▶ Promover ações conjuntas de acompanhamento social e psicológico das famílias vítimas de feminicídio;
- ▶ Implementar ações de formação e capacita-

ção profissional voltadas a mulheres vítimas de violência para incentivar a conquista de sua independência financeira e emocional;

- ▶ Promover ações conjuntas com o município para fortalecer a rede de atendimento e acolhimento a mulheres vítimas de violência;
- ▶ Trabalhar junto aos municípios o fortalecimento da rede de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica, prevenção e combate por meio de programas estaduais e federais.

Criança e adolescente

- ▶ Ampliar o apoio às redes de atendimento à criança e ao adolescente que se encontre em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos e necessitem de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem;
- ▶ Promover ações conjuntas com os municípios visando a erradicação do trabalho infantil no Acre;
- ▶ Viabilizar a consolidação do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAM em âmbito estadual;
- ▶ Ampliar a atuação das ações previstas no Orçamento da Criança e do Adolescente - OCAD;
- ▶ Apoiar a instrumentalização do estado e municípios no cumprimento da Lei 13431/2017.

Política socioassistencial

- ▶ Fortalecer o Sistema Único de Assistência Social em todo território estadual apoiando tecnicamente os municípios;
- ▶ Apoiar a oferta de serviços socioassistenciais, prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, incluindo zonas rurais, ribeirinhos e comunidades indígenas;
- ▶ Ampliar o apoio as organizações da sociedade civil que atuam na rede socioassistencial. Pessoa com deficiência

- ▶ Fortalecer a relação do poder público com as instituições de atendimento às pessoas com deficiência;
- ▶ Apoiar os municípios na ampliação da oferta de serviços socioassistenciais voltados às pessoas com deficiência.

Idoso

- ▶ Apoiar os municípios na ampliação da oferta de serviços socioassistenciais voltados a pessoa idosa.

População em situação de rua

- ▶ Apoiar os municípios na implantação e execução de políticas públicas voltadas para pessoas em situação de rua;

LGBTQIA+

- ▶ Assegurar os direitos e garantias das liberdades individuais, equidade, justiça social e respeito ao público LGBTQIA+;
- ▶ Promover políticas afirmativas para o efetivo exercício da cidadania do público LGBTQIA+;
- ▶ Promover políticas públicas de saúde para o público LGBTQIA+;
- ▶ Promover campanhas e ações de combate contra intolerância, violência e discriminações;
- ▶ Viabilizar programas de capacitação e inserção produtiva da população LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade.

Direitos humanos

- ▶ Fortalecer políticas estaduais de atendimento, promoção, proteção e reparação dos direitos humanos;
- ▶ Promover campanhas educativas sobre as relações étnico-raciais, e estabelecer diretrizes para programas que desenvolvam conhecimentos, valores e atitudes que eduquem os cidadãos em relação à pluralidade e ao combate ao racis-

mo e discriminações.

Migração e Imigração

▶ Fomentar a participação social e desenvolver ações coordenadas com a sociedade civil de prevenção à violação de direitos das Populações Migrantes.

▶ Garantir a inclusão do estado no programa Operação Acolhida.

Povos indígenas

▶ Promover ações coordenadas visando o alcance dos direitos dos povos indígenas.



5. Lazer, Esporte e Cultura

E papel do Estado promover e apoiar ações que contribuam para o desenvolvimento social, a redução das desigualdades em todos os aspectos e a manutenção da saúde física e mental. Portanto reconhecer o esporte como atividade fundamental para o desenvolvimento físico, motor e cognitivo, supera o conceito da prática esportiva apenas como lazer.

O esporte no ambiente educacional é fundamental para o desenvolvimento social e emocional da criança e do adolescente. Por meio do esporte é possível desenvolver habilidades físicas, aumentar a consciência corporal, aprimorar a capacidade de resolver problemas, desafios, além de colaborar com o desenvolvimento de valores como o respeito ao próximo, união, determinação e a resiliência.

Por outro lado, desempenha um papel essencial na manutenção da saúde com o combate ao sedentarismo, melhoria do metabolismo, fortalecimento muscular, melhor condicionamento respiratório e cardiovascular, além de trabalhar os aspectos emocionais.

O esporte auxilia ainda na prevenção de problemas sociais. Por meio do esporte, a criança ou o adolescente em situação de vulnerabilidade social tem a oportunidade de manter-se afastado do mundo das drogas e do crime. Promove também entretenimento e cultura a partir da disponibilização de equipamentos públicos para treinos e competições favorecendo o lazer, a integração e a convivência entre pessoas da comunidade.

Pensando nisso, foram realizados eventos esportivos como a copa master de 40 e 50 anos que contou com a participação de mais de 3.000 atletas. No ano de 2021, o Estado do Acre

levou a maior delegação de jogos escolares brasileiros com a participação de 326 pessoas.

O governador Gladson, na sua primeira gestão, criou ainda a **Lei n.º 3.808**, de 22 de novembro de 2021, com investimentos na ordem de **R\$ 1.000.000,00 para o esporte profissional acreano**. No ano de 2020 foi firmado convênio para suporte aos clubes acreanos que participaram da Série D do Campeonato Brasileiro e Copa Verde.

Em 2022, o Acre foi sede pela primeira vez na história do **Campeonato Brasileiro Escolar** com as 27 unidade federativas presentes que valeu para as Olimpíadas Escolar na França. Ao longo dos quase quatro anos de gestão foram realizados jogos escolares, atividades esportivas comunitárias, cursos de arbitragens e apoio a atletas olímpicos e paraolímpicos para prover a participação em competições nacionais.

Seguindo a mesma ordem de importância, o Estado deve reconhecer a cultura como fator fundamental para compreensão da sociedade. A cultura de um povo está baseada em seu modo de viver, suas tradições, suas crenças e seus costumes, transmitidos a cada geração, contribuem com a construção histórica do lugar e com o sentimento de pertencimento. Perpetuar a história é valorizar e manter as manifestações culturais e folclóricas que definem a sociedade local.

A dimensão simbólica cultural acreana possui uma diversidade gigantesca de atividades artísticas e culturais. Ações que fizeram e fazem parte da memória e identidade coletiva do povo acreano, tanto no seu caráter material, quanto

no intangível. Os trabalhadores e trabalhadoras da cultura, em todos os segmentos existentes devem ser fortalecidos e reconhecidos pela administração pública. São eles e elas que representam as celebrações, manifestações e alegria necessária para construção social de um povo.

Na gestão Gladson Cameli, a cultura trabalhou com um programa de valorização da dimensão simbólica cultural e neste período realizou mais de 13 obras e reformas nos espaços culturais com valores estimados em 20,5 milhões e contabilizou o equivalente a mais de 153.524 atendimentos ao público nos seus espaços durante a gestão, mesmo executando suas atividades no formato virtual durante dois anos, devido ao período pandêmico. A manutenção, dinamização e reabertura dos espaços culturais aconteceram gradualmente, conforme a deliberação dos decretos governamentais.

A **Fundação Elias Mansour - FEM** publicou editais: do fundo de cultura, emergenciais e nas duas etapas da Lei Aldir Blanc, garantindo a difusão e fomento das manifestações artísticas e culturais, além de realizações de ações em todo o estado, como a Caravana de Cultura e Humanização, Jamaxi Cultural, Abraço Cultural e Fortalecimento a valorização do patrimônio histórico e cultural. Além da articulação institucional com os secretários municipais de cultura, de forma constante e a efetivação da **Comissão Intergestora Bipartite**.

Para garantir uma centralização de todas as informações da Instituição, foi implantado o Portal da FEM, local onde os trabalhadores e trabalhadoras podem tirar dúvidas, acessar editais e conhecer os projetos desenvolvidos. Na área de formação, cursos nas diferentes manifestações

artísticas foram concretizados na Usina de Artes e no ano de 2019, o Governador Gladson Cameli registrou, via decreto, o modo de fazer farinha de Cruzeiro do Sul, tornando-se, um feito histórico, o primeiro bem imaterial registrado.

As ações propostas por este Plano de Governo visam distribuir metas que contemplem as grandes áreas da cultura acreana, tais quais: políticas culturais; patrimônio histórico e cultural; livro, leitura e literatura; e por fim, a modernização da cultura, com ações voltadas ao melhoramento tecnológico da gestão.

Ações Propostas:

Esporte e Lazer:

- ▶ Reformar e modernizar os equipamentos esportivos a fim de disponibilizar espaços atrativos, seguros, com acessibilidade, que contemplem várias modalidades e atividades esportivas e de lazer, proporcionando a comunidade do entorno uma melhor qualidade de vida;
- ▶ Promover e apoiar o esporte paralímpico para pessoas com deficiência;
- ▶ Promover e apoiar o esporte de participação com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social e na promoção da saúde;
- ▶ Incentivar projetos desportivos por meio da reativação da Lei de Incentivo ao Esporte Estadual (Lei Estadual de Incentivo à Cultura e ao Desporto, nº 1.288/99 e Decreto nº 4.885/16);
- ▶ Implementar o programa Bolsa atleta estadual (Lei Estadual nº 2.117, de 18 de março de 2009, decreto nº 4.741 de 28 de outubro de 2009) para atletas de alto rendimento que estejam em plena atividade esportiva;
- ▶ Apoiar projetos e/ou ações esportivas realizadas por federações estaduais de modalida-

des esportivas, voltadas ao esporte de alto rendimento que visem estimular a especialização e o aprimoramento de habilidades, bem como a participação de atletas em competições de nível nacional ou internacional.

Cultura:

- ▶ Preservar e promover o acesso ao patrimônio material, imaterial e natural do Estado do Acre defendendo e valorizando a diversidade cultural;
- ▶ Revitalizar e assegurar a abertura dos espaços culturais do Estado do Acre;
- ▶ Reestruturar o Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Cultural do Acre;
- ▶ Estimular as manifestações espontâneas nos espaços públicos, em parceria com a sociedade e fomentar a produção e o consumo de bens culturais do Estado;
- ▶ Transformar o festival de quadrilhas do Acre em festa tradicional com expansão da divulgação para atração de turistas;
- ▶ Ampliar a disponibilização de editais voltados à cultura;

- ▶ Propor a implementação do sistema estadual de museus, por meio de decreto estadual para gerenciamento dos espaços de memória, em consonância com o Sistema Estadual de Cultura;
- ▶ Aperfeiçoar uma plataforma e/ou portal, mencionando o cadastro cultural, mapeamento dos espaços e trabalhadores e trabalhadoras da cultura, assim como o gerenciamento de indicadores culturais do estado do Acre;
- ▶ Elaborar em parceria com a sociedade civil através do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Acre, seminário estadual e escutas culturais nos 22 (vinte e dois) municípios do estado, objetivando a construção de uma minuta para o novo Plano Estadual de Cultura do Estado do Acre (PEC);
- ▶ Promover a cultura dos Povos Originários, fomentando a identidade cultural dos povos indígenas do Estado do Acre;
- ▶ Estimular a Economia Criativa da Cultura do Estado do Acre, impulsionando processos de formação e empreendedorismo nas áreas da cultura.



6. Recuperação Econômica com Geração de Emprego e Renda

Partindo da realidade histórica de que existe uma grande parcela da população que não consegue ter uma renda mínima, acesso à educação escolar, atendimento à saúde e acesso a serviços básicos, vivendo em condições inadequadas de moradia e de saneamento, entre outras necessidades, torna-se inquestionável a realização de investimentos que contribuam para melhorar a condição de vida para essas pessoas.

O governo tem como desafio buscar investidores que observem o Acre como uma oportunidade de expansão dos negócios. A rodovia transoceânica forma um corredor entre o Acre, os países andinos e os portos do Pacífico, que pode facilitar a exportação para os Estados Unidos e os países do continente asiático. A expectativa é alavancar a economia do Estado, que deixaria de importar produtos que possam ser produzidos localmente e passe a exportar o excedente. Para isso, as empresas precisam acreditar no potencial produtivo do Estado.

Como território parcialmente agrícola, não é razoável que o Acre exima-se e ao seu povo de funções determinadas pela dinâmica nacional e internacional, incluindo neste contexto a produção de alimentos. O cenário global é, como sabem todos, de escassez. O Acre está fortemente determinado a acompanhar as rápidas transformações globais, cujas repercussões se fazem sentir em todos os recantos, adaptando seu aparelho a enxergar sob várias perspectivas as rotas de geração de riqueza. O mundo globalizado nos insere obrigatoriamente, contudo, é de nossa decisão a qualidade, a diversidade e a intensidade desta inserção. Nisto reside a governança do território e do seu povo.

Pensando nisso, o Governador Gladson Cameli, lançou o **Programa Melhor Emprego** que tem por objetivo a adoção de ações estratégicas que resultem na geração de trabalho, emprego e renda. O programa prevê a necessidade de atribuir a uma Secretaria de Estado a responsabilidade com a promoção e a execução das políticas públicas que contribuam para a geração do trabalho, emprego e renda. Pressupõe ainda o desenvolvimento de um programa de qualificação profissional com vistas a assegurar mão de obra qualificada aos potenciais investidores. Inclusive já iniciou agenda de visitas à grandes grupos empresariais brasileiros, considerando para atração de investimentos, a capacidade de fornecimento de matéria-prima pelo estado, a possibilidade de ampliação de mercados e o potencial produtivo do Acre.

Verificada a viabilidade técnica e financeira da produção em escala de grãos (soja e milho), o que inseriu o Acre em novas perspectivas de produção e proteína animal, com horizontes largos de exportação, toma-se como cumprida uma tarefa fundamental assumida pelo Governo, ou seja, a remoção de gargalos e a sustentação política de um itinerário de desenvolvimento abrangente e escalável.

Ainda que disponha de uma variedade de culturas agrícolas, o Acre possui espaço e potencial para avançar na diversificação da produção. Por outro lado, a capacidade produtiva do Estado não permite a sua inserção no mercado competitivo. O governo estadual deve aproveitar a importância do agronegócio no mercado econômico nacional para expandir a produção acreana. Ele tem envidado esforços na captação de recursos para investimentos em incorporação de tecno-

logias nas propriedades rurais, personalização dos produtos e aperfeiçoamento das práticas de produção. Mais do que isso, o desenvolvimento do agronegócio acreano depende de incentivos para a verticalização da produção, implantação da agricultura de baixo carbono, aperfeiçoamento genético animal e vegetal, potencialização da bovinocultura de corte, bovinocultura leiteira, suinocultura, avicultura e piscicultura.

Tal perspectiva vem acompanhada de um desenho recortado ao nível geográfico e técnico, de modo que sejam observados os fatores locais (proximidade do mercado, da infraestrutura, rodovias, acesso, armazéns etc.), e das condições agronômicas (fertilidade, tecnologia, aptidão, culturas etc.). Para isto, é necessário observar o zoneamento econômico-ecológico e suas indicações, além, é claro, das recomendações técnicas da EMBRAPA e EMATER/AC. De forma simultânea, investimentos na malha viária do estado são essenciais para o escoamento da produção.

Por outro lado, investir em **obras de integração** que permitam alcançar ganhos de escala na produção e comércio do Acre e estados vizinhos de forma a garantir a viabilidade da rodovia transoceânica com a exportação dos produtos regionais até os mercados asiáticos. Mais do que uma rota turística, tem-se na Estrada do Pacífico a expectativa de exportação do excedente de outras regiões brasileiras, o que tornaria o Acre agente fomentador do comércio exterior na região norte.

Neste contexto, ainda em 2021 o Governador assinou a Carta de Intenções de Compromisso com o desenvolvimento sustentável, jun-

tamente com o Governo Federal, o Governo de Rondônia e o Governo do Amazonas. O projeto **Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) Abunã-Madeira** reúne 32 municípios, localizados no Sul do Amazonas, Leste do Acre e Noroeste de Rondônia, compreende uma área de 454.220 km² e população estimada em 1,7 milhão de habitantes. O projeto visa o desenvolvimento socioeconômico da região sem perder o foco ambiental. Composto por dois eixos macro, sendo o desenvolvimento produtivo com ações voltadas para a indústria, para a bioeconomia, turismo, agronegócio sustentável e a infraestrutura econômica urbana, agregando ações voltadas a telecomunicações, logística, energia e transportes.

Para além das ações destinadas à valorização da produção e do agronegócio, o governo do Estado enxerga na cadeia produtiva do turismo uma estratégia de desenvolvimento econômico para o Acre. Entre os potenciais turísticos do Acre destacamos o "Turismo de Base Comunitária", modelo que já vem sendo trabalhado pela Secretaria de Estado de Empreendedorismo e Turismo, trazendo autonomia para as comunidades, gerando emprego e renda, além de reduzir a pressão sobre o desmatamento nessas áreas. O turismo tem a capacidade de gerar empregos diretos e indiretos por estar relacionado a vários setores produtivos.

Todavia, restam propostas e ações que estão em fase inicial, como a elaboração de um diagnóstico e plano para o desenvolvimento econômico do estado, a introdução de um mecanismo de construção de políticas econômicas em conjunto com o setor produtivo (Conselho de Desenvolvimento Econômico), a modernização

da legislação ambiental e a proposição de um Distrito tecnológico para o estado.

É bastante razoável afirmar que as diretrizes do governo Gladson Cameli mantêm, desta vez aprimorada pela experiência grave e sofrida de mais de dois anos sob o trauma mundial da pandemia, a sua natureza democrática, liberal e participativa, voltada para a produção e distribuição de riqueza, buscando reformar e formar o aparelho estatal em busca de máxima eficiência, eficácia e efetividade.

Ações Propostas:

Geração de Trabalho, Emprego e Renda:

- ▶ Buscar novos empreendedores para investimentos no Estado do Acre gerando emprego e renda;
- ▶ Oferecer incentivos e acelerar a tramitação de projetos para instalação de novos negócios e a permanência de empresas no Estado do Acre;
- ▶ Implantar Programa ou Serviço para auxiliar os micros e pequenos empreendedores (formais ou informais) a terem acesso rápido e fácil ao Microcrédito disponibilizado pelas instituições financeiras;
- ▶ Formalizar Acordos ou Termos de Cooperação Técnica com o conjunto de instituições públicas e privadas, para viabilizar a implementação da política estadual de trabalho, emprego e renda;
- ▶ Ampliar parceria com o Ministério do Trabalho para implementação da Política Estadual de Trabalho, Emprego e Renda;
- ▶ Criar Programa Estadual de Qualificação Profissional;
- ▶ Ampliar o Programa de Compras Governamentais em parceria com os municípios;
- ▶ Instituir Programa de Estímulo ao Desenvolvimento da Economia Digital e Bioeconomia;

Produção e Agronegócio:

- ▶ Fomentar as principais cadeias produtivas desenvolvidas pela agricultura familiar, com olhar permanente sobre a sua viabilidade econômica, acesso ao mercado, industrialização e melhoria do padrão mercadológico;
- ▶ Identificar e potencializar, prioritariamente, as cadeias produtivas mais eficientes e de maiores condições de inserção nos mercados, em consonância com Planos Nacionais a exemplo do ABC+ (Agricultura de Baixo Carbono);
- ▶ Observar o Zoneamento Ecológico-Econômico e, a partir dele, distribuir esforços e recursos visando o melhor aproveitamento das aptidões agrícolas;
- ▶ Reforçar a infraestrutura de campo com renovação da frota de máquinas visando a expansão da mecanização agrícola e reformar, equipar e somar capital humano nas unidades administrativas locais;
- ▶ Realizar um amplo programa de recuperação da fertilidade química e física de solos degradados ou seriamente alterados, de modo a condicionar a sua plena exploração;
- ▶ Fortalecer a Infraestrutura de Defesa Agropecuária com a inserção de tecnologias e qualificação profissional;
- ▶ Incentivar a Produção Florestal baseada nos pilares de sustentabilidade sem, contudo, abdicar da promoção do bem-estar dos residentes nas áreas correspondentes.
- ▶ Modernizar e ampliar as Unidades de Armazenamento da Produção;
- ▶ Alavancar a diversificação econômica e agregar valor às cadeias produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional, via fomento à industrialização e cooperativismo visando a obtenção de escala na aquisição de insumos e oferta de produtos;

- ▶ Verticalizar os processos produtivos, gerando produtos com valor agregado, o que significa aumento da renda e do dinamismo econômico;
- ▶ Implantar as ações previstas no Projeto da Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) - Abunã Madeira, constituindo território convergente para ações concertadas ao nível dos estados membros e de organismos federais - SUFRAMA, SUDAM, MDR, etc;
- ▶ Estimular as vocações locais de bioeconomia, fluxos produtivos sustentáveis, ações de infraestrutura, logística, turismo, capacitação, PD&I e promoção comercial;
- ▶ Viabilizar a Assistência Técnica e Extensão Rural qualificada aos produtores da agricultura familiar.

Turismo:

- ▶ Desenvolver e melhorar a qualidade das rotas turísticas mais estratégicas do Estado;
- ▶ Elaborar e implementar plano de marketing turístico para promover o Estado;
- ▶ Desenvolver aplicativo que apresente as rotas turísticas e estimule o consumo dos bens culturais do Estado;
- ▶ Integrar o calendário turístico local ao calendário internacional, visando atrair para nossos destinos o fluxo intenso já consolidado nos países vizinhos;
- ▶ Explorar e desenvolver o potencial gastronômico do Estado, como diferencial para atração turística e valorização cultural;

miço do Estado, como diferencial para atração turística e valorização cultural;

- ▶ Realizar um plano de investimentos com objetivo de melhorar a infraestrutura das áreas do Turismo de Base Comunitária (Serra Do Divisor, Trilha Chico Mendes, Rio Croa);
- ▶ Apoiar o turismo em comunidades indígenas através da implementação do Desenvolvimento Sustentável do Turismo Indígena Acreano;
- ▶ Implementar programa de formação e capacitação continuada para o Turismo;
- ▶ Realizar um plano de investimentos visando recuperar a APA Amapá em seus elementos turísticos, constituindo na referida área, periférica à capital, um polo de entretenimento e fluxo de visitantes.

Empreendedorismo:

- ▶ Firmar parcerias com instituições de ensino para a introdução de módulos relacionados ao empreendedorismo;
- ▶ Apoiar e incentivar as micro e pequenas empresas com potencial de exportação para inserção do mercado internacional;
- ▶ Aumentar a formalização de empreendedores individuais e de micro e pequenas empresas;
- ▶ Promover o artesanato do Estado;
- ▶ Expandir o conhecimento sobre as oportunidades de investimento, processos, produtos e serviços potenciais.



7. Ciência, Tecnologia e Inovação

A concepção de que a tecnologia é fator fundamental para o desenvolvimento econômico e social de uma região é a chave para o progresso. No mesmo sentido, é a ciência a principal responsável pelas transformações tecnológicas que têm possibilitado melhoria na qualidade de vida das pessoas e soluções para o cotidiano. Podemos perceber isso na evolução dos medicamentos e tratamentos que contribuíram para o aumento da expectativa de vida, na redução da distância entre as pessoas por meio da evolução dos canais de transporte e comunicação e até mesmo na redução do tempo de execução de serviços a partir do incremento dos equipamentos tecnológicos. Mais recente o valor da ciência e da tecnologia tornou-se evidente com a pandemia do novo coronavírus que exigiu a descoberta de formas de tratamento eficazes e o desenvolvimento da vacina assim como a adoção da tecnologia para manutenção das atividades laborais e econômicas.

Portanto, compete ao Estado, apoiar as instituições acadêmicas e fortalecer as estruturas de governo responsáveis pela gestão do desenvolvimento e da inovação, ampliando o potencial para acompanhar o avanço exponencial da ciência e tecnologia. Por outro lado, é preciso conquistar maturidade para compreender a tecnologia como parceira do desenvolvimento. Do ponto de vista social, investimentos precisam ser destinados na formação da população de modo que permita ampliar a visão de mundo considerando os impactos sociais das inovações tecnológicas.

Sob a ótica do **Governo Digital**, a gestão Gladson Cameli intensificou o uso da tecnologia

na desburocratização dos processos e na expansão dos serviços oferecidos ao cidadão, modernizou as ferramentas de gestão e ampliou o acesso e a transparência das informações para a sociedade.

Entretanto a gestão não atuou sozinha, trabalhou em conjunto com a iniciativa privada, o Sistema S, o Tribunal de Contas do Estado - TCE, Instituições de Ensino Superior e entidades do terceiro setor para concretização do **Parque Tecnológico do Acre**. Este projeto deverá facilitar a implantação de empresas de viés tecnológico em Rio Branco, nas mais diversas áreas de atuação, fomentando a pesquisa e inovação em todo Acre. Este governo enxerga o estado como um todo e se preocupa com os problemas específicos de cada região, por isso vem trabalhando desde o primeiro ano para resolver os problemas de acesso à internet, principalmente nos municípios do interior. Graças a divulgação das ações do Estado e as tratativas com provedores da região houveram fortes investimentos por parte da iniciativa privada e hoje as regiões do Alto e Baixo Acre já podem contar com melhores serviços de acesso à internet e com preços acessíveis a população.

Tem sido um trabalho longo e árduo, mas todo ele realizado com muito carinho, atenção e principalmente transparência, reformulamos o **Portal de Transparência do Estado**, que traz um layout mais moderno, com acesso mais rápido e fácil aos dados além de contar com tecnologias que permitem a obtenção das informações dos gastos públicos de forma desburocratizada. Além disso todas as ações do Governo são amplamente divulgadas através da Agência de Notícias.

De forma abrangente, a tecnologia permite agregar valor aos produtos e serviços e ampliar o nível de competitividade. Neste sentido, o governo Gladson se propõe a continuar as ações de fomento à ciência, tecnologia, inovação e estímulo ao desenvolvimento da economia digital.

Ações Propostas:

- ▶ Ampliar os investimentos nas áreas de ciência, tecnologia e inovação;
- ▶ Ampliar e qualificar a capacidade do Estado em desenvolver e manter os serviços digitais ao cidadão;
- ▶ Tornar o Acre um ambiente atrativo a instalação de indústrias de Tecnologia da Informação (TI);
- ▶ Criar projetos para antecipar o contato dos estudantes a Inovação, TI e empreendedorismo;
- ▶ Promover ações de incentivo à produção científica do Estado;
- ▶ Fomentar o desenvolvimento de empresas

inovadoras de pequeno e médio porte;

- ▶ Apoiar a criação de centros de inovação tecnológica e economia digital;
- ▶ Firmar parcerias com instituições de ensino superior para instalação de startups e incubadoras;
- ▶ Firmar parcerias com o Sistema S para capacitação de pequenos e médios empreendedores e empregados que atuem na área de tecnologia com vistas a ao atendimento das demandas da indústria 4.0;
- ▶ Executar as ações propostas no Plano Estadual de Desenvolvimento Socioeconômico;
- ▶ Instituir o Programa de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas;
- ▶ Ampliar programa de incentivos fiscais visando promover produtos e serviços, intensificar a competitividade e facilitar um ambiente propício aos negócios;
- ▶ Implantar um laboratório de controle de qualidade para exportação de gêneros alimentícios.



8. Infraestrutura, Logística e Saneamento

A realização de investimentos em infraestrutura, logística e saneamento está diretamente ligada com o desenvolvimento socioeconômico do Estado, pois incentiva o empreendedorismo, a geração de empregos e reduz custos operacionais. No início de sua gestão, o Governador Gladson Cameli revitalizou instituições e espaços públicos de responsabilidade do governo, e deu início a uma série de investimentos que demonstraram seu compromisso com o bem-estar da população acreana.

A obra do **Hospital de Urgência e Emergência de Rio Branco (HUERB)** é um dos principais feitos do governo Gladson na área de infraestrutura da saúde. A ampliação da capacidade de atendimento com a construção de 120 enfermarias, proporcionou melhor atendimento à população e condições de trabalho aos servidores. A infraestrutura, assim como todas as áreas de gestão enfrentaram o grande desafio de mostrar resultados rápidos em meio à uma pandemia durante o governo. Na incerteza de como seria o futuro, o governador tomou decisões assertivas que se tornaram um feito histórico: a construção de **dois hospitais de campanha COVID com estrutura permanente** que tornou possível melhorar e ampliar a oferta de atendimento à população no pós-pandemia, e a reforma de vários hospitais, desde a Regional do Baixo Acre ao Juruá.

Em Rio Branco, no **Instituto de Traumatologia e Ortopedia (INTO)**, foi construído um complexo referência no tratamento da doença em um **tempo recorde de 30 dias**. Já em Cruzeiro do Sul, no lugar onde era antes uma estrutura abandonada há 30 anos, foi construído o **segundo Hospital de Campanha** com estrutura

permanente, que se tornou um **marco histórico na Saúde do Juruá**. O Hospital hoje é uma das unidades de Saúde mais modernas do estado. As duas obras foram resultado de um grande esforço da gestão Gladson Cameli para salvar vidas.

Ainda nesta gestão o governo avança com a captação de recursos federais e aprovação de novos convênios com investimentos na infraestrutura urbana, com a obra de **Construção da Orla, no Bairro XV**, no Município de Rio Branco, com investimentos no valor de R\$ 21 milhões e a **Construção do Viaduto (Complexo Viário) na Avenida Ceará com a Getúlio Vargas**, com investimentos no valor de R\$ 22 milhões, proporcionando melhor trafegabilidade no trânsito da capital.

Quando se trata de logística, segundo a Confederação Nacional dos Transportes (CNT), dos 1.350 km de rodovias do Estado do Acre, 85% dos trechos são considerados ruim ou péssimo. Enquanto os outros 15% são considerados regular, isto é, nenhum trecho de rodovia foi classificado como bom ou ótimo.

Preocupado com esses dados, a maior obra da gestão do governador Gladson Cameli, será o **Anel Viário Brasília e Epitaciolândia** na BR-317. Já em fase avançada de construção, o empreendimento terá um papel estratégico para o tráfego na Rodovia Interoceânica, no acesso ao Peru. A integração feita pelo anel viário trará ao comércio acreano novas oportunidades de expansão e exportação por meio dos portos peruanos, além de preservar as vias urbanas e melhorar a qualidade de vida na região. Ainda na rota para o Peru, será priorizado o diálogo com o Governo Federal a fim de viabilizar

os recursos necessários, políticos e financeiros, para interligar os municípios de Cruzeiro do Sul e Pucallpa, por meio da expansão da BR-364, criando assim, uma nova rota de comércio e de desenvolvimento principalmente para a região do Juruá.

Outra obra de fundamental importância do governo foi a **duplicação da AC-405**. A melhoria na rodovia além de aumentar a capacidade do tráfego no município de Cruzeiro do Sul, é essencial na prevenção de acidentes e incentiva o turismo local.

A mobilidade urbana teve especial relevância neste governo. Foram desenvolvidos projetos para a capital acreana que são estratégicos para tornar seu crescimento sustentável, os quais serão executados a partir do próximo ano. A população dos bairros XV e Baixada do Sobral serão beneficiadas com a construção da ponte sobre o Rio Acre e pela modernização do sistema viário da Avenida Nações Unidas e Rua Isaura Parente, que atualmente são grandes gargalos para a trafegabilidade em Rio Branco. E já pensando no futuro, propomos avaliar alternativas inovadoras para suprir o precário sistema de transporte público.

Além das grandes obras em rodovias, é essencial para a população das áreas rurais que os ramais estejam em boas condições de conservação e acesso. Assim, podem escoar sua produção, exercer o direito de ir e vir, bem como desfrutar de serviços de saúde, educação e lazer nas áreas urbanizadas. Pensando nisso, o governador reestruturou o DERACRE, com o intuito de apoiar as prefeituras por meio de convênios e ações diretas para a construção de pontes e melhoramento dos ramais.

Em pleno ano de 2022, o Acre ainda possui 3 municípios considerados isolados, cujo acesso não é possível por via terrestre, o que torna dispendioso o custo para o desenvolvimento desses municípios. Preocupados com isso, foram iniciados estudos de expansão da malha viária estadual com o objetivo de equilibrar as possibilidades de crescimento de todos os municípios acreanos, e, como é importante o uso de evidências para a implementação de políticas públicas, também será realizado um diagnóstico sobre a implantação de malha ferroviária no estado.

Outro problema grave que o estado enfrenta é que seus municípios cresceram às margens de grandes rios. Em Rio Branco foi concluído o projeto de **contenção das margens do Rio Acre**, e iremos iniciar a construção do "Calçadão da Orla Raimundo Escócio". Para os demais municípios afetados com as cheias do Rio Acre, estamos realizando um estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental para construções de alternativas para contenção grandes cheias e grandes estiações (pequenas barragens, canais laterais, entre outros), bem como alternativas para o abastecimento de água, além de estudos de macrodrenagem para construção de bacia de contenção e controle e melhoria do saneamento básico para evitar o lançamento de dejetos ao longo do sistema de drenagem. E, a partir disso, poderemos iniciar com a execução de novas obras.

Uma das grandes vitórias deste governo, foi a criação do Fundo Especial para a recuperação da **Bacia do Igarapé São Francisco**, por meio da Lei nº 3.674, de 31 de dezembro de 2020. Tem por finalidade reduzir a vulnerabilidade das comunidades ribeirinhas da bacia do Igarapé São Francisco aos eventos extremos na cidade de Rio Branco.

O governo se compromete a inovar ao realizar o primeiro estudo geológico detalhado do estado. Esse mapeamento permitirá a identificação de nossas riquezas em subsolo e poderá possibilitar um novo nicho de desenvolvimento para o estado.

De acordo com o Estudo da Fundação João Pinheiro, o déficit habitacional do estado do Acre em 2019 era de 23.283 domicílios. Esse número alarmante motivou o Estado a criar o **Programa de Habitação Casa Acreana**, que visa aportar recursos federais para a construção de moradias dignas para a população acreana em situação de vulnerabilidade social. Até este ano, foram captados 40 milhões que serão destinados à construção de 400 residências na capital.

Em relação ao saneamento, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), apenas 63,91% da população urbana do Estado do Acre possui acesso a água tratada e somente 13,77% conta com acesso ao atendimento urbano de rede de esgoto.

Os números mostram que o pleno atendimento da população acreana com os serviços de água e esgoto, ainda está longe de se concretizar. Um estudo realizado pelo BNDES indicou como única alternativa viável para a solução do problema, a concessão dos serviços para a iniciativa privada em todo o Estado. Dessa forma seria possível realizar os investimentos necessários sem comprometer os recursos de outras áreas como saúde, segurança e educação.

Contrário ao projeto de Concessão, o município de Rio Branco decidiu retomar os serviços do DEPASA ao SAERB e se aventurar no

atendimento da capital com recursos próprios, inviabilizando o projeto. Dessa forma, o compromisso do governo passa a ser apoio no limite de suas competências, e a prestação dos serviços nos municípios, exceto Rio Branco.

Em função do novo momento da Autarquia, que através da Lei complementar Nº 395, de 29 de março de 2022, teve o nome alterado para **Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre – Saneacre**, o governo do estado buscou revitalizar as estruturas existentes em todos os 21 municípios abrangidos.

As intervenções visaram, principalmente, melhorar as condições de trabalho dos funcionários dos serviços de água e esgoto, através da reforma e modernização das Sedes e Estações de Tratamento, assim como a obtenção de equipamentos laboratoriais, eletrodomésticos e itens de utilização diária dos servidores.

Um fator decisivo para a modernização e revitalização das áreas dedicadas ao abastecimento dos municípios foi a implantação do Programa de Estímulo à Construção Civil para Geração de Emprego e Renda do Governo do Estado. Dez diferentes sedes do Saneacre foram atendidas pelo programa, levando o benefício aos profissionais e usuários do sistema e fomentando a economia local.

As redes de abastecimento de todos os municípios foram cadastradas, permitindo a correta avaliação e diagnóstico para ampliação da capacidade de abastecimento, como ocorreu em Brasília, na intervenção realizada no bairro 8 de março em Brasília, a qual levou água de qualidade para aproximadamente três mil pessoas.

Na cidade de Cruzeiro do Sul, o programa Água para Todos executou quinze poços artesianos através de maquinário próprio da Autarquia. Esta pode ser identificada como uma das ações mais relevantes da gestão, aumentando a capacidade de atendimento no município.

O sucesso do programa prevê a expansão na próxima gestão para atender as regionais do Juruá e Tarauacá/Envira, locais em que a formação geológica é favorável a este tipo de intervenção.

Apesar de todos os investimentos realizados pela gestão Gladson Cameli (2019-2022) com ampliação, conservação, manutenção e modernização nas áreas de infraestrutura, logística e saneamento, ainda temos muito a avançar e o governo mantém o compromisso com a manutenção e expansão destas ações, propondo um novo Programa para o Saneamento Integrado no Estado Acre.

Ações propostas:

Infraestrutura:

- ▶ Implantar programa de reestruturação da malha viária, priorizando os municípios isolados;
- ▶ Construir e revitalizar áreas de lazer e esporte, através dos novos convênios federais;
- ▶ Promover parcerias público-privadas;
- ▶ Elaborar um plano estratégico de manutenção de prédios públicos;
- ▶ Garantir manutenções de qualidade nos espaços e equipamentos públicos;
- ▶ Construir a nova Maternidade no Município de Rio Branco;
- ▶ Construir, reformar e ampliar Unidades de Saúde e Hospitais em apoio aos Municípios;
- ▶ Revitalizar o Palácio Rio Branco;

- ▶ Revitalizar o Teatro Plácido de Castro;
- ▶ Revitalizar a Biblioteca da Floresta;
- ▶ Revitalizar o Parque da Maternidade e Tucumã;
- ▶ Manter os ramais e pontes em condições de trafegabilidade;
- ▶ Revitalizar e manter em boas condições de trafegabilidade todas as rodovias estaduais que contribuem para o escoamento da produção;
- ▶ Construir novos aeródromos nos municípios de Brasileia/Epitaciolândia e Sena Madureira;
- ▶ Finalizar a abertura da interligação do município de Porto Walter a Rodrigues Alves;
- ▶ Iniciar o estudo da abertura da estrada entre o município de Santa Rosa do Purus e a BR-364;
- ▶ Finalizar os estudos e projetos de pavimentação das ligações dos municípios isolados de Porto Walter e Santa Rosa do Purus;
- ▶ Finalizar a abertura da estrada que liga o Envira-AM;
- ▶ Realizar a urbanização dos fundos de vale em Mâncio Lima, Rodrigues Alves e Assis Brasil;
- ▶ Realizar a ligação da AC90 ao Rio Iaco;
- ▶ Ampliar a pavimentação de vias públicas em parceria com os municípios;
- ▶ Firmar convênio junto ao Governo Federal para captação de recursos para execução da estrada Cruzeiro do Sul - Pucallpa (BR-364);
- ▶ Ampliar a fiscalização das obras públicas com vistas a efetividade da aplicação dos recursos e redução de refazimentos.

Mobilidade Urbana:

- ▶ Construir o Viaduto na Avenida Ceará com a Getúlio Vargas;
- ▶ Construir o novo arco metropolitano de Rio Branco, ligando a AC40 à BR 364 com uma nova ponte para melhorar trafegabilidade;
- ▶ Construir a ponte de interligação do bairro XV e Baixada da Sobral, compreendendo a ponte

sobre o Rio Acre e a Avenida Juventude;

- ▶ Construir a "Orla no Bairro XV", no Município de Rio Branco;
- ▶ Construir o Complexo Viário (viaduto) na Avenida Ceará com a Getúlio Vargas;
- ▶ Construir mais 19 quadras poliesportivas nos diversos Municípios;
- ▶ Realizar melhorias e reestruturação do sistema viário urbano (Av. Nações Unidas e Rua Isaura Parente);
- ▶ Construir a "Orla de Rio Branco", na área do calçadão da Epaminondas Jácome;
- ▶ Ampliar o Arco Metropolitano de Rio Branco (curva do Tucumã), com extensão de mais de 21 km na AC 40;
- ▶ Manter o Programa de CNH SOCIAL.

Habitação:

- ▶ Fortalecer o Programa de Habitação Casa Acreana;
- ▶ Firmar convênios junto ao Governo Federal para captação de recursos para execução de projetos de conjuntos habitacionais.

Saneamento:

- ▶ Elaborar projetos e dar suporte na execução das obras para melhoramento do sistema de drenagem urbana;
- ▶ Implantar o sistema de cadastro técnico do Saneamento Integrado no Estado do Acre;

▶ Diagnosticar e captar recursos para execução de Sistema de Esgotamento Sanitário em Cruzeiro do Sul;

▶ Realizar novo processo seletivo para aumentar o efetivo de profissionais relacionados às atividades de tratamento e distribuição de água nos 21 municípios do interior do Estado;

▶ Ofertar um programa de formação continuada dos profissionais relacionados às atividades de tratamento e distribuição de água nos 21 municípios do interior do Estado;

▶ Revitalizar os Sistemas de Esgotamento Sanitários existentes em Conjuntos Habitacionais dos municípios do Interior do Estado;

▶ Expandir a área de atuação do programa Água para Todos para as regionais Juruá e Tarauacá/Envira;

▶ Realizar a ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água através da ampliação da capacidade de tratamento e reservação nos municípios;

▶ Promover o fortalecimento institucional do Saneacre nos 21 municípios do interior do Estado;

▶ Promover a revitalização da bacia do Igarapé São Francisco;

▶ Aumentar a integração com demais Entidades responsáveis por Sistemas de Abastecimento em áreas Indígenas e Rurais, assim como aumentar a atuação no setor.

9. Sustentabilidade e Meio Ambiente

A Política Nacional do Meio Ambiente instituída pela Lei nº 6.938/81 tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana [...] (Brasil, 1981)

A gestão estadual tem buscado proporcionar condições de subsistência à população por meio da exploração da capacidade produtiva do estado, todavia sem perder o foco na preservação ambiental. Em parceria com o Governo Federal, a gestão estadual tem intensificado as ações de monitoramento e combate às queimadas e desmatamentos, mas é fundamental mudar a consciência das pessoas. Simultaneamente, busca a valorização das cadeias produtivas com vistas a oferecer alternativas de sustento por meio do manejo adequado do meio ambiente.

Com a finalidade de promover uma harmonia entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, a Gestão Gladson Cameli (2019-2022) realizou investimentos em pequenas cadeias produtivas e no **fortalecimento da agricultura familiar** visando beneficiar **pequenos produtores rurais, população indígena, ribeirinhos e pescadores**.

Inicialmente, cumpre destacar que foram investidos mais de cinco milhões de reais nos anos de 2020 e 2021, no fortalecimento da pasta ambiental, vinculado a Monitoramento do Desmatamento, Queimadas Ilegais e Fiscalização Ambiental nas Unidades de Conservação – UCs.

No que diz respeito ao **Manejo Florestal**

Sustentável Madeireiro e Não Madeireiro, foram aproximadamente dois milhões de reais.

A recuperação de ramais também fez parte do avanço na pasta ambiental, tendo em vista que os trabalhos estavam vinculados aos ramais que fazem parte da cadeia produtiva dos pequenos produtores, contemplando os municípios de Xapuri, Brasília, Manoel Urbano e Rodrigues Alves, sendo investido cerca de vinte e cinco milhões de reais.

O fortalecimento das políticas indígenas também foi foco nesta gestão, sendo que foram investidos mais de dez milhões de reais, por meio de fornecimento de bolsas e elaboração de **Planos de Gestão nas trinta e quatro Terras Indígenas do estado**.

Também merece destaque a criação dos **Centros Integrados de Meio Ambiente** (CIMA's) que tem como finalidade facilitar o acesso da população do interior aos serviços oferecidos pelos órgãos ambientais do Estado. Os CIMA's oferecerem serviços de apoio nas inscrições do Cadastro Ambiental Rural (CAR), adesão ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), assinatura de termos de compromisso ambiental, licenciamentos ambientais e regularização fundiária.

Por meio do **Cadastro Ambiental Rural - CAR e do Programa de Regularização Ambiental - PRA** foram realizados 3.069 atendimentos do CAR/PRA; análise integrada de 1.999 CAR, a partir da base cartográfica temática do CAR e da Unidade Central de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto (UCEGEO), dos quais 615 foram novos cadastros. Graças aos mutirões ambientais integrados com a Secretaria de Estado da Produ-

ção- SEPA, o IMAC e o Iteracre, foram elaborados 332 Termos de Compromisso, 84 Planos de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas - PRADAS, com 150 TCAs assinados, apoiados pela Cooperação Alemã - GIZ.

A regularização fundiária é considerada a porta de entrada para que os agricultores familiares, empresários e urbanitários em situação de insegurança jurídica, consigam acessar as políticas públicas e créditos para o crescimento de seus setores.

Para compreendermos a importância econômica e social da regularização fundiária é preciso entender que a mesma está intimamente ligada à regularização ambiental (e também urbanística no caso de imóveis urbanos) da propriedade em virtude de que um não pode existir sem que o outro aconteça.

Neste sentido, foram **entregues 8.429 títulos no Estado do Acre** no período de 2019 a 2022. Também foram georreferenciados 459 lotes urbanos. Somente nos anos de 2020 e 2021, o Iteracre realizou mais de 2.000 atendimentos e mais de 500 cadastros ao público. Foi estabelecida ainda uma parceria com o INCRA para a implantação junto ao ITERACRE de um núcleo de cadastro do sistema nacional de cadastro rural / SNCR e emissão do certificado do cadastro do imóvel rural / CCIR.

Merece destaque ainda a aprovação do Projeto de Lei no Senado Federal referente à doação da Gleba Aflente, área prevista para criação de uma Unidade de Conservação Estadual e área destinada para assentamento de ribeirinhos e comunidades tradicionais.

Falar em sustentabilidade é pensar em opções éticas que considerem a coletividade, o meio, o outro que advirá, em decisões difíceis e complexas que envolvem diferenças entre países desenvolvidos e em desenvolvimento e multiplicidade culturais. Desta forma, adotar um modelo de gestão que interponha critérios socioambientais é medida fundamental para seguir as diretrizes do desenvolvimento sustentável e atender a todos os questionamentos colocados tanto pela sociedade, de forma geral, como pelos órgãos de controle.

Neste aspecto, o governo do Estado se compromete a implantar ações que contribuam para a redução dos impactos ambientais oriundos do descarte de resíduos sólidos, investir em fontes renováveis de energia e atuar de forma integrada com os organismos nacionais e internacionais pela redução dos impactos causados pelas mudanças climáticas.

Ações Propostas:

- ▶ Ampliar as ações de monitoramento e fiscalização para combate às queimadas e desmatamento ilegal;
- ▶ Aumentar a consciência ambiental e a participação social por meio de atividades de educação ambiental;
- ▶ Promover ações de capacitação para a gestão e conservação da flora e fauna do Estado;
- ▶ Desburocratizar o sistema de licenciamento ambiental;
- ▶ Investir em ações que promovam o uso racional de energia, tornando os processos mais eficientes do ponto de vista energético como a implantação de fontes renováveis no intuito de reduzir o consumo pelos órgãos públicos;
- ▶ Implementar estratégias de adaptação às mu-

danças climáticas com enfrentamento das vulnerabilidades existentes, tais como áreas de risco de desabamentos e inundações, além de identificar as infraestruturas urbanas mais vulneráveis aos impactos climáticos, que deverão receber atenção e definição de ações de adaptação;

- ▶ Apoiar ações que estimulem a destinação adequada dos resíduos sólidos;
- ▶ Implementar um programa de logística reversa com a finalidade de promover o descarte ambientalmente adequado dos materiais inservíveis oriundos das atividades administrativas e operacionais do Poder Executivo;
- ▶ Apoiar iniciativas e políticas públicas que promovam o ordenamento territorial e o desenvolvimento regional;
- ▶ Ampliar as ações do Cadastro Ambiental Rural - CAR e do Programa de Regularização Ambiental - PRA;
- ▶ Atuar junto aos municípios na consolidação da divisão política administrativa em parceria com o IBGE;
- ▶ Estruturar e implementar um programa de apoio à regularização fundiária para os municípios;
- ▶ Estruturar e implementar um Programa de Regularização Fundiária Urbana;
- ▶ Criar e implementar um programa de gestão dos Assentamentos Rurais Estaduais;
- ▶ Revisar a legislação de Regularização Fundiária Estadual;
- ▶ Modernizar a Regularização Fundiária Estadual criando o Sistema Estadual de Cadastro Rural;

- ▶ Concluir a regularização dos Antigos Núcleos Coloniais;
- ▶ Realizar o ordenamento territorial das áreas remanescentes - Zona 3;
- ▶ Monitorar e fiscalizar as áreas em processo de regularização fundiária;
- ▶ Integrar e fortalecer as organizações da sociedade civil (FETACRE, CPT, STR, CNS) para legitimação da garantia do direito à propriedade das comunidades tradicionais;
- ▶ Realizar a entrega de 15.000 títulos de domínio nas 05 regionais do Estado;
- ▶ Georreferenciar pelo menos 145 mil hectares de lotes rurais para regularização fundiária no Estado;
- ▶ Fortalecer e modernizar a gestão fundiária no Estado com a consolidação dos escritórios locais do Iteracre nas 5 regionais do Estado;
- ▶ Ampliar o quadro técnico de servidores do Iteracre;
- ▶ Integração da base de dados fundiário e ambiental para fortalecimento das políticas públicas;
- ▶ Apoiar e incentivar projetos que promovam o crescimento do Mercado Verde;
- ▶ Viabilizar a criação de negócios sustentáveis e estimular a economia de baixo carbono;
- ▶ Apoiar a expansão da prática de manejo florestal sustentável por meio do investimento em pesquisa e capacitação;
- ▶ Proteger os interesses dos povos indígenas como o território, a identidade cultural, o modo de vida e suas tradições.

10. Gestão Integrada e Participativa

A transparência da gestão pública permite a aproximação da sociedade com a Administração de forma a compartilhar os desafios impostos ao setor público e ainda entender as demandas da população de acordo com as suas prioridades.

Para além disso, mudanças na estrutura administrativa, modernização e padronização dos processos e procedimentos e a qualificação dos profissionais, possibilita mais do que a melhoria da oferta dos serviços públicos, mas a satisfação dos profissionais com o desenvolvimento de atividades otimizadas e céleres.

Para tanto a Gestão Gladson Cameli implementou diversos mecanismos para dar transparência e eficiência à gestão, como por exemplo os sistemas implantados, que dão publicidade aos atos da gestão e contribuem sobremaneira com o controle social. Sistemas esses onde pode-se acompanhar a execução das metas do plano de governo e do Plano Plurianual, e até mesmo a consolidação do **Sistema Eletrônico de Informações - SEI**, onde são produzidos todos os documentos públicos.

Foram inúmeros avanços nos processos de gestão e na sistematização das informações e gestão de bens. Merece destaque a **Instrução Normativa Seplag nº 8, de dezembro de 2020**, a qual regulamenta toda a avaliação dos bens destinados à leilão, que agora são realizados de forma on-line, imparcial, transparente e gerida, exclusivamente, por servidores do Estado.

Ainda falando de gestão de bens, em específico da frota do Estado, destaca-se a implementação, através do **Decreto nº 8.827**, de 4 de maio de

2021, a obrigatoriedade da utilização de rastreador GPS nos veículos, dando mais transparência em sua utilização e aumentando o controle sobre os bens.

Além das ferramentas tecnológicas, vários normativos e procedimentos foram criados e/ou aprimorados visando a eficiência da gestão. Conforme exposto, normativos que vão desde a gestão de bens à gestão de pessoas contribuindo com o ordenamento da gestão pública estadual.

O objetivo sempre é a prestação de um serviço de qualidade, com prazos admissíveis no que diz respeito à gestão de folha de pagamento, evolução da área, a confiabilidade das informações e sua importância dentro das organizações governamentais. O desafio da gestão moderna é lidar com o novo formato, de como novas responsabilidades foram surgindo ao longo dos anos, e como realizar essa gestão de pessoas de uma forma estratégica e eficaz.

Ter um RH estratégico não significa deixar de fazer todas as funções pertinentes à área, muito pelo contrário, ainda existirão as chamadas tarefas operacionais, mas que pensadas e executadas de forma otimizada e eficiente, elevam a área de recursos humanos/folha de pagamento à um novo patamar. Dessa maneira, apresentamos propostas com princípios pautados na legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência visando garantir a continuidade e melhoria dos serviços prestados à população do Estado do Acre.

No que tange à gestão fiscal do Estado, é preciso destacar que o orçamento do Estado, alinhado às demandas da população, deve garantir

a oferta dos serviços básicos de saúde, educação, segurança, infraestrutura, lazer, saneamento e cultura sem desprezar a qualidade. A melhoria dos serviços públicos passa a ser o ponto central da administração e exige a implementação de ferramentas que contribuam para este fim.

A **gestão fiscal, tributária e fazendária** no estado do Acre tem aumentado sua eficiência com o fim de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços e criação de espaço fiscal para os investimentos públicos.

Além disso, iniciou-se uma etapa de reorganização gerencial em todos os setores estatais. A partir do ano de 2019, o então novo projeto político buscou uma forma de elevar a gestão a um nível de **eficiência, qualidade e transparência** para um novo cenário governamental que se pretendia criar para os anos seguintes.

Nesta seara, o conjunto de transformações que o Estado do Acre vem passando nos últimos três anos é permeado por esse modelo de gestão em que a Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ está potencialmente inserida. Para essa nova trajetória governamental, aspectos como modernização, qualificação e o relevante papel da melhoria dos serviços ao cidadão, encontraram suas necessidades, também, no contexto de uma proposta de melhoria da arrecadação tributária mais eficiente, buscando desmistificar que a imagem do ato de tributar é algo negativo, mas que a sociedade tem muito mais retorno em benefícios sociais.

Por outro lado, vislumbra-se um melhor controle do uso das receitas do Estado, do gasto público. Neste sentido, as finanças do Estado

então iam requerer nesta nova etapa um atencioso e detalhado controle de gestão, dado a forma como as mesmas eram geridas em anos anteriores. O diagnóstico anterior a 2019 apontava para um quadro financeiro demasiadamente instável, com um alto teor de dívida pública, muitos direitos do funcionalismo público represados, dentre outros problemas de caráter administrativo e, principalmente, tecnológico.

A situação econômico-financeira do estado ainda é considerada bastante frágil, seja pelo nível de despesa de pessoal em patamares elevados, pelo serviço da dívida que consome percentual relevante da Receita Corrente Líquida e pela elevada dependência dos recursos do Fundo de Participação dos Estados - FPE. Para reduzir essa dependência, as receitas próprias devem passar por um planejamento visando à arrecadação, de forma plena e eficiente, tanto no aspecto orçamentário como socioeconômico.

Neste sentido, o Governo do Estado, por meio da SEFAZ, implementou projetos de modernização tecnológica em seus sistemas, a implantação da Escola Fazendária do Estado do Acre, a capacitação contínua de servidores fazendários para melhor oferta dos serviços ao contribuinte e a instalação do CODIP – Conselho Deliberativo do Índice de Participação dos Municípios no ICMS.

Para os próximos anos, estão em andamento dois projetos de expressiva importância para a gestão fazendária, o desenvolvimento e implantação do Processo Administrativo Tributário Eletrônico (PAT-e) e a redução do Custo da Dívida Pública e Racionalização dos Investimentos Públicos, que compreende os seguintes subprojetos:

- a) Auditoria sobre aderência de contabilidade;
- b) Sistema de Avaliação e Gestão de Investimentos Públicos;
- c) Sistema de Gestão de Transferências de Recursos;
- d) Sistema de Gestão Financeira e Custos;
- e) Sistema de Informação de Gestão do Endividamento.

Vale destacar que o equilíbrio das contas públicas se define pelo uso eficiente das receitas públicas de modo que as despesas planejadas sejam executadas em sua totalidade sem ferir a qualidade dos serviços oferecidos. O resultado das atividades econômicas e das políticas públicas de desenvolvimento está intimamente ligado à aplicação eficiente de recursos orçamentários, técnicos, humanos e institucionais, portanto cabe ao Estado construir parcerias não apenas para fortalecer, mas principalmente dar suporte a essa nova economia.

Ações Propostas:

Gestão Pública:

- ▶ Manter uma gestão transparente, eficiente e integrada adotando boas práticas e tornando-se referência para os demais estados brasileiros;
- ▶ Ampliar a padronização dos processos e procedimentos da administração Estadual;
- ▶ Gerar informações e propor políticas de modernização, alinhamento e monitoramento na gestão de pessoas, visando a melhoria de processos e serviços para o bem-estar do servidor público Acreano;
- ▶ Promover a valorização profissional do servidor oferecendo a todos oportunidades de qualificação e crescimento pessoal com a oferta de 5.280 vagas em palestras, fóruns, seminários e webinários e 9.900 vagas em cursos e oficinas de

formações e capacitações;

- ▶ Desenvolver programas de liderança em gestão pública;
 - ▶ Revisar o Programa de Estágio para destinação de vagas que promovam a inclusão de minorias;
 - ▶ Realizar concursos nas áreas de Educação e Segurança para preenchimento dos quadros da administração e melhoria dos serviços públicos;
 - ▶ Ampliar a oferta dos serviços públicos por meio das Organizações em Centros de Atendimentos (OCA) do Acre;
 - ▶ Contribuir com a expansão do uso das tecnologias da informação com o objetivo de modernizar a administração pública, otimizar os serviços públicos e reduzir a burocracia;
 - ▶ Garantir a exatidão do registro patrimonial do Estado com a finalidade de melhorar o desempenho, manter o controle, a guarda e a conservação dos bens e assegurar a eficiência dos recursos públicos;
 - ▶ Implantar o REUSE ACRE, plataforma na qual os bens móveis da administração pública serão ofertados internamente antes do encaminhamento para leilão ou descarte;
 - ▶ Estimular o aumento dos investimentos privados nos projetos de governo;
 - ▶ Preservar os prédios e equipamentos públicos por meio da manutenção programada e preventiva;
 - ▶ Melhorar as instalações físicas dos prédios públicos de forma a melhorar a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
 - ▶ Fortalecer a comunicação entre todos os órgãos da administração direta e indireta de forma integrada, demonstrando a unidade da gestão;
 - ▶ Manter a publicidade dos atos da gestão de forma comprometida e responsável, garantindo a confiabilidade da informação à sociedade.
- Gestão Fiscal e Tributária:
- ▶ Estabelecer critérios de sustentabilidade fiscal

- para tomada de decisões, fomentar a gestão de riscos fiscais, bem como monitorar os riscos previdenciários e os riscos advindos de contratos de longo prazo e gestão imprudente de ativos;
- ▶ Implantar sistema monitoramento de custos dos serviços públicos e avaliar a qualidade do gasto;
- ▶ Revisar a legislação tributária estadual de forma a facilitar a compreensão dos direitos e obrigações do contribuinte;
- ▶ Reduzir a quantidade de itens do regime de substituição tributária interna, transferindo-os para o regime de apuração;
- ▶ Apoiar e apresentar propostas ao Programa de

Educação Fiscal desenvolvido pela FECOMÉRCIO em parceria com o SEBRAE;

- ▶ Estabelecer um regime especial que desobrigue o recolhimento do ICMS nas compras governamentais de produtos isentos fornecidos ao setor público;
- ▶ Controlar a evasão, a fraude e a sonegação fiscal, por meio de mecanismos de gestão do risco e de planejamento na administração tributária e elevar a produtividade do trabalho da administração tributária, com repercussão positiva no nível de arrecadação;
- ▶ Promover a modernização da Gestão Fiscal e Tributária do Estado.

11. Transparência e Integridade

A gestão pública compreende os métodos e as técnicas utilizados para a administração do setor público que vão desde o planejamento, a execução, o monitoramento e o controle dos objetivos e metas previamente definidos. A consciência e a conduta do gestor sobre a adoção destas ferramentas definem a integridade e a conformidade dos seus atos.

A gestão Gladson Cameli (2019-2022) tem sido atuante na identificação, prevenção e combate à desvios de conduta e possíveis práticas de corrupção, garantindo o cumprimento das leis anticorrupção por parte dos órgãos que compõem a administração, dos servidores, estagiários, funcionários, colaboradores, fornecedores, prestadores de serviços, terceiros e demais stakeholders.

Como evidência temos a criação da Delegacia de Combate à Corrupção e aos Crimes contra a Ordem Tributária e Financeira (DECOR) em 2020 com a finalidade de coibir quaisquer práticas desta natureza. Também apoiou e sancionou a Lei nº 3.747/2021 que institui o Programa de Integridade e Compliance dos Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Acre.

O combate à corrupção e a prevenção de fraudes são ações que se fortalecem no Governo mediante atuação efetiva do **Sistema de Controle Interno do Poder Executivo**, aonde a Controladoria Geral do Estado como órgão central do Sistema e as Unidades Setoriais de Controle Interno executam o controle e o aperfeiçoamento da gestão pública estadual através de auditorias, fiscalizações, capacitações e orientações normativas e técnicas.

Em outro sentido, a obrigatoriedade da transparência na administração pública revela

uma sociedade muito mais consciente dos seus direitos, que acompanha a atuação da gestão e exige desta, revisões e adaptações na forma de administrar, bem como integridade nos seus atos.

A análise contínua e transparente dos seus atos demonstram a preocupação com a qualidade dos serviços ofertados bem como a legitimidade da gestão. Para tanto, o Governo do Estado se compromete a manter e fortalecer as práticas que garantam a integridade da gestão e a correta aplicação dos recursos públicos.

Ações propostas:

- ▶ Fortalecer a governança pública por meio da implantação de programa de integridade e compliance em todos os órgãos da administração direta e indireta;
- ▶ Aprimorar o acesso à informação e a transparência por meio da ampliação de dados abertos à população;
- ▶ Assegurar total transparência do gasto público, seja com servidores ou contratos, garantindo qualidade dos serviços e economia do dinheiro público, por meio da otimização dos recursos;
- ▶ Participar de agendas e redes de combate à corrupção para troca de experiências e atualização de novas tecnologias;
- ▶ Criar medidas de fortalecimento dos sistemas de controle interno nos órgãos da administração direta e indireta de forma a garantir que não sejam contratados serviços ou adquiridos bens acima dos valores de mercado;
- ▶ Agir com imparcialidade e rigor nos procedimentos de investigações internas;
- ▶ Reestruturar e modernizar a Controladoria Geral do Estado;
- ▶ Criar a carreira de Analista de Controle Interno do Poder Executivo Estadual.

Elaboração e coordenação

Kelly C. Lacerda

Wagner Silva de Sena

Déborah Vasconcelos de Araújo

Equipe Técnica

Aberson Carvalho de Sousa

Alirio Wanderley Neto

Ana Paula Lopes de Lima

Assurbanipal Barbary de Mesquita

Breno Geovane Caetano

Cirleudo Alencar de Lima

Edivan Maciel de Azevedo

Esterferson Gonçalves da Rocha

Francisca das Chagas Brito

Guilherme Schirmer Duarte

Ítalo Almeida Lopes

José Amarisio Freitas de Souza

Jose Edimar Santiago de Melo Junior

Luis Almir Soares Brandão

Luiz Felipe Aragão

Luiz Victor Diniz Bonecker

Manoel Pedro de Souza Gomes

Paola Fernanda Daniel

Paula Augusta Mariano

Paulo Cezar Rocha dos Santos

Petrônio Aparecido Chaves Antunes

Rozária Maia de Lima

Taiane Belarmino dos Santos

Participação

Associações e Federações

Entidades de Classe

Entidades Sindicais

Faculdades e Universidades

Sociedade Civil

Revisado por

Ricardo Brandão dos Santos

Fotografias: *Diego Gurgel, Marcos Vicentti e Odair Leal*

Projeto Gráfico: *Luiz Brasil*

Governador 

GLADSON11

COLIGAÇÃO AVANÇAR PARA FAZER MAIS

Progressistas 
Oportunidades para todos